

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

ATLAS ELEITORAL DO PARANÁ
Eleições Para Governador 1945-1982
Edição comemorativa do
Jubileu de Safira -1955-2020 (65 anos)

Organizadores:
Daniel Galuch Junior (TRE/PR)
Marcia da Silva (UNICENTRO-PR)



**Paraná
Eleitoral**
65 anos



**PARANÁ
ELEITORAL**

ISSN 1414-7866 (versão impressa)
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

tre-pr nusp/ufpr ninc/ufpr gapes/unicentro-pr

v. 9 n. 4 2020

Análise comparativa da filiação partidária nos municípios do estado do paraná nos períodos entre 1947-1963 e 1996-2016

Sérgio Luis Versolato de Abreu

Resumo

O artigo condensa uma dissertação de Mestrado que traz um dos estudos mais completos sobre as eleições municipais do Estado do Paraná, abrangendo o estudo de 11 eleições em 80 municípios dividido em dois períodos históricos, de 1947-1963 e 1996-2016, analisando separadamente os dois períodos históricos e comparando ao final o  ndice de retorno e permanência, assim como o comportamento dos Partidos e o reflexo do momento da modernidade, comparando os índices dos dois períodos eleitorais.

Palavras-chave: democracia; eleições municipais; partidos políticos; filiação partidária.

Abstract

This article summarizes a master's thesis on one of the most complete studies on the Municipal Elections of the state of Paraná, covering the study of 11 elections in 80 municipalities divided into two historical periods: 1947-1963 and 1996-2016. Both historical periods are analyzed separately and the rate of return and permanence in each one is compared, as well as the behavior of the parties and the reflection of the moment of modernity comparing the rates of the two electoral periods.

Keywords: democracy; municipal elections; political parties; party affiliation.

Artigo recebido em 20 de abril de 2020 e aprovado pelo Conselho Editorial em 3 de agosto de 2020.

Sobre os autores

Sérgio Luis Versolato de Abreu é mestre em Direito pelo UniBrasil. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (atual UniCuritiba). Especialista em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral. Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Aut nomo do Brasil (UniBrasil). Atualmente chefe de Cartório Eleitoral da 155^a Zona Eleitoral de Piraquara-PR e servidor do TER-PR há 24 anos. E-mail: versolat@tre-pr.jus.br

Introdução

A pesquisa empírica foi desenvolvida com base em dados disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), referentes às eleições municipais durante dois períodos históricos, um período abrangendo cinco eleições municipais entre 1947 a 1963 e outro abrangendo seis eleições municipais de 1996 a 2016. Estes momentos históricos são importantes, pois refletem momentos de plena liberdade democrática, momentos em que a escolha para participar de uma eleição e concorrer por um partido são mais livres. Os partidos estão se organizando e a relação entre filiado e partido pode ter sofrido ou não a influência das mudanças da própria sociedade. Optou-se por não realizar a pesquisa no período de quebra democrática e no da longa transição para uma democracia efetiva com base nos partidos políticos, concretizada com a Lei 9.096/1995 (Brasil, 1995).

Os dados foram coletados nos 80 municípios existentes e que realizaram eleições municipais em 1947, o que corresponde a 100% dos municípios que realizaram eleições naquele ano. Estes 80 municípios serão acompanhados até a última eleição realizada em 2016. Como os dados estão em formatos diferentes, buscou-se procurar pontos em comum que possibilitassem uma análise comparativa entre os dois períodos, como eleições regulares a cada quatro anos, partidos, candidatos, cargos.

Com estes dados foram construídos vários índices para embasar as análises, como o índice de retorno, o qual considera os candidatos que concorreram em uma eleição municipal e retornaram a participar novamente de outras eleições posteriores, independente do cargo ser a prefeito ou a vereador, ou do fato de ter sido eleito ou não. Este índice vai medir o percentual de candidatos que retornaram a concorrer em cada um dos períodos, em cada um dos municípios estudados, por região geográfica e, por fim, a média do estado do Paraná. Optou-se por não considerar neste trabalho a criação de novos municípios ou desmembramentos ocorridos no Paraná, pois tornaria a comparação entre os dois períodos inviável, o que impossibilitaria a análise comparativa.

Outro índice construído é o chamado de índice de permanência, no qual se considera quantos dos candidatos que retornaram a participar das eleições municipais mudaram de partido

ou permaneceram no mesmo partido. Este índice medirá em cada período o percentual de candidatos que permaneceram no mesmo partido, isto possibilitará identificar possíveis influências sofridas ou não pelo momento histórico. Uma outra forma de medir a coesão partidária, também com base nos resultados eleitorais, foi desenvolvida por meio de outro índice, chamado de índice de fragmentação, utilizado para medir a evolução da fragmentação das Câmaras Municipais. Este possibilitará avaliar a evolução dos partidos no decorrer do tempo, o próprio desenvolvimento, o enfraquecimento ou o fortalecimento dos partidos nas esferas municipais.

Por fim, será analisada a robustez dos partidos a partir do resultado efetivo de sua força eleitoral, com base na quantidade de eleitos em cada pleito eleitoral. A comparação do desempenho nos dois períodos será importante para verificar se houve efeitos ou não por conta do contexto da modernidade líquida sobre os partidos.

Análise da filiação partidária no período de 1947-1963

No período de 1947 a 1963, o número de organizações partidárias variou muito. O TSE chegou a conceder o registro provisório a 32 organizações partidárias. Destas organizações, metade teve seus registros cancelados devido ao não cumprimento dos requisitos organizacionais para a obtenção do registro. Alguns partidos se fundiram, sendo que no momento do Golpe Militar de 1964 havia 13 partidos políticos em funcionamento legal no Brasil (Schmitt, 2000).

No Paraná, em 1947, nove partidos estavam organizados e participaram das eleições, no mínimo em dos municípios estudados. Eram os seguintes partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido da República (PR), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Social Progressista (PSP), Partido Liberal (PL) e Partido Trabalhista Nacional (PTN). Até o fim deste primeiro período democrático, mais quatro partidos participam das Eleições no Paraná: Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e Movimento Revolucionário de Trabalhadores (MTR).

Nossa sociedade, saindo de um regime autoritário, entrava com décadas de atraso em um período de expansão da consciência e

participação política, característica da sociedade moderna e do desenvolvimento das instituições.

E aqui se torna importante ressaltar o aspecto mais implicante da modernização política, ou seja, a participação política que se dá nas sociedades modernas fundamentalmente através dos partidos políticos. É, pois, característica da sociedade tradicional o baixo nível de participação política da sociedade, diferentemente da sociedade moderna onde o que se vê é a expansão da consciência e da participação política acompanhadas pelo desenvolvimento das suas instituições. (Leitão, 1989, 76)

O índice de permanência no partido será um pouco diferente do analisado por Emerson Urizzi Cervi e Adriano Nervo Codato (2006), pois não levará em conta a permanência média ao longo do mandato parlamentar, mas a mudança ocorrida ou não do retorno do candidato a concorrer a novas eleições municipais.

O recorte eleitoral será a cada quatro anos, como indicador sensível da estabilidade do partido, desta forma será possível medir a institucionalização dos partidos no sentido colocado por Cervi e Codato (2006, 263): “como se trata de medir fidelidade ao partido, o índice de permanência foi criado para apresentar, com a maior precisão possível, não apenas as pontas de início ou fim de mandato, mas para indicar alterações durante a legislatura”.

Neste artigo os índices foram usados não para medir as mudanças durante o mandato, mas para medir a institucionalização, quanto maior permanência média e institucionalização do partido a cada eleição. As duas variáveis a serem usadas são “tamanho da bancada” e “índice de permanência”. Esses índices ajudaram a medir e estudar um dos motivos colocados: “porque os políticos migram? Parlamentares trocam de partidos em função de estratégias eleitorais futuras de curtíssimo prazo, principalmente para garantir maior possibilidade de reeleição” (Cervi e Codato, 2006, 269).

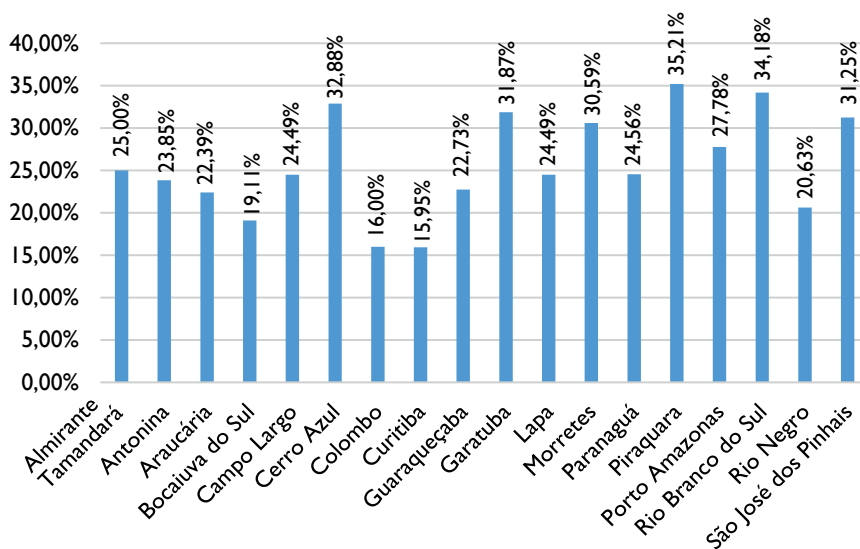
A divisão dos municípios, por região geográfica do Paraná, elaborada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento

Econômico e Social (Ipardes), foi tomada para facilitar a apresentação da pesquisa. A divisão gerou nove regiões geográficas, em que se percebe a divisão do estado e seu desenvolvimento no decorrer dos anos.

Os municípios destacados nos gráficos expostos neste estudo não tiveram registros das eleições municipais de 1955. São eles os municípios de Irati, Jacarezinho, Jaguapitã e Jaguariaiva, o que pode gerar alguma diferença em relação aos demais, tendo em vista que realizaram apenas quatro eleições municipais ao invés de cinco.

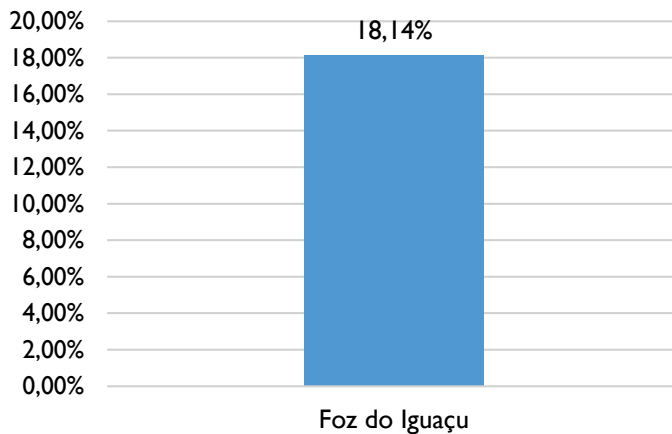
Este percentual de retorno é de todos os candidatos que concorreram para as eleições municipais nos municípios, seja para prefeito ou vereador, que foram eleitos, suplentes ou não eleitos. Cabe ressaltar que nos dados constantes nas eleições de 1947 e 1951 só constam os eleitos, não há referências a suplentes ou não eleitos. Estas referências começam a aparecer nos resultados arquivados a partir de 1955.

Gráfico I – Região geográfica metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



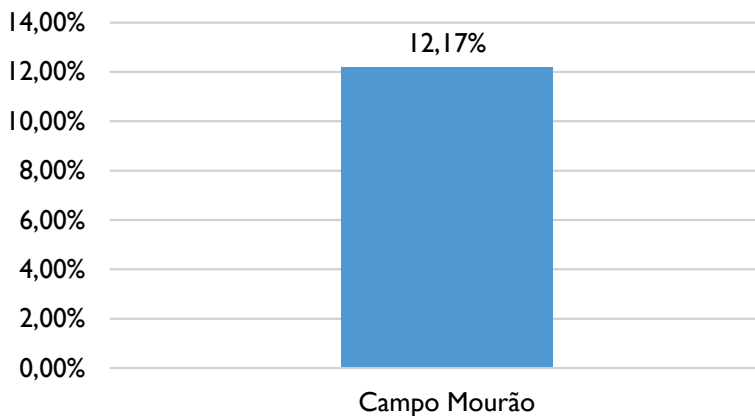
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>).

Gráfico 2 – Região geográfica oeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



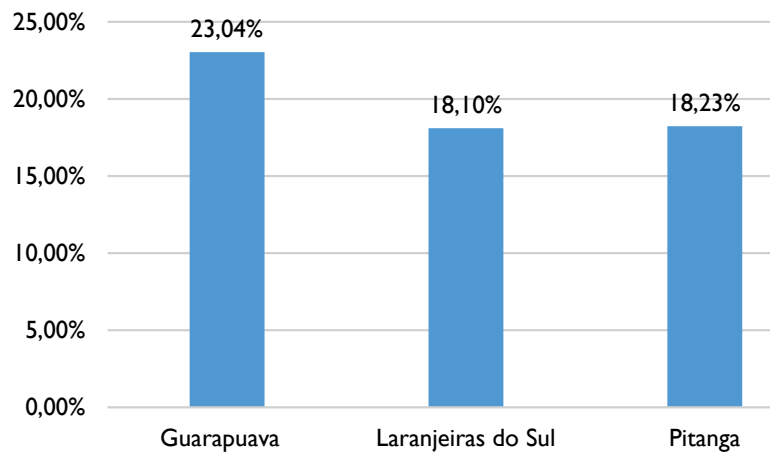
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 3 – Região geográfica centro ocidental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



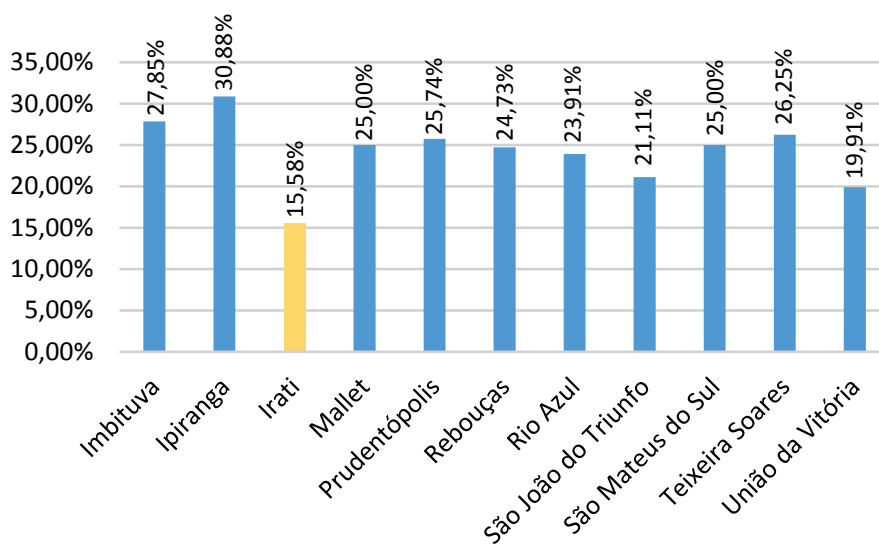
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 4 – Região geográfica centro sul paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



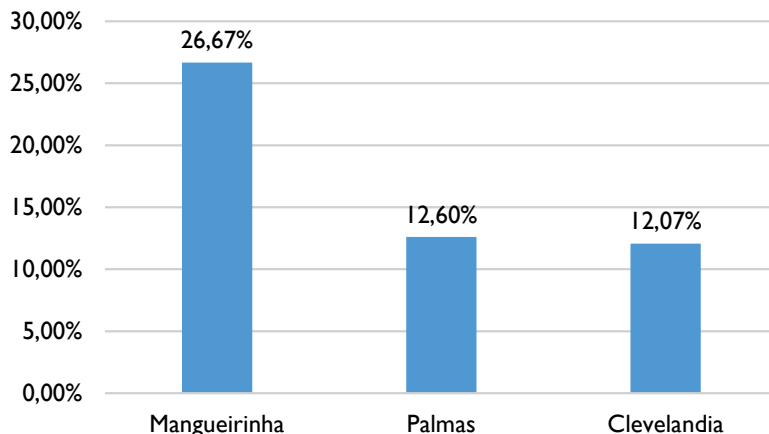
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 5 – Região geográfica sudeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



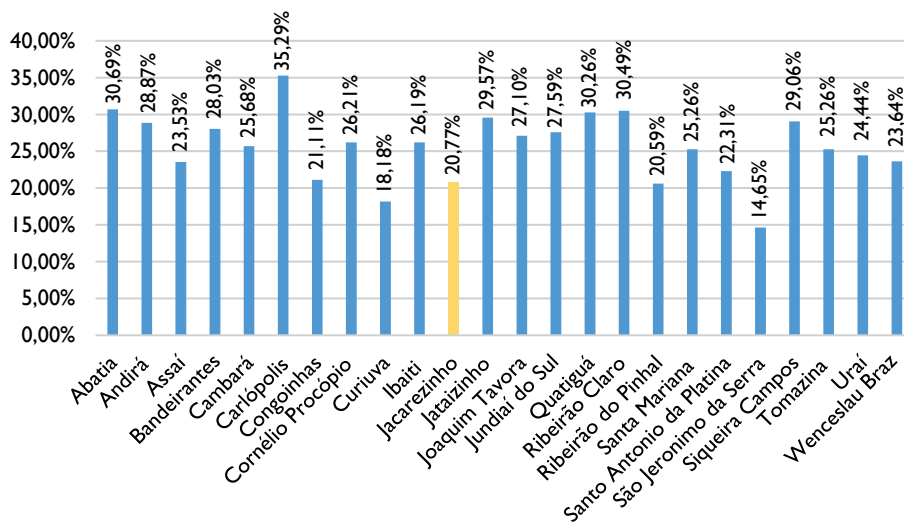
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 6 – Região geográfica sudoeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



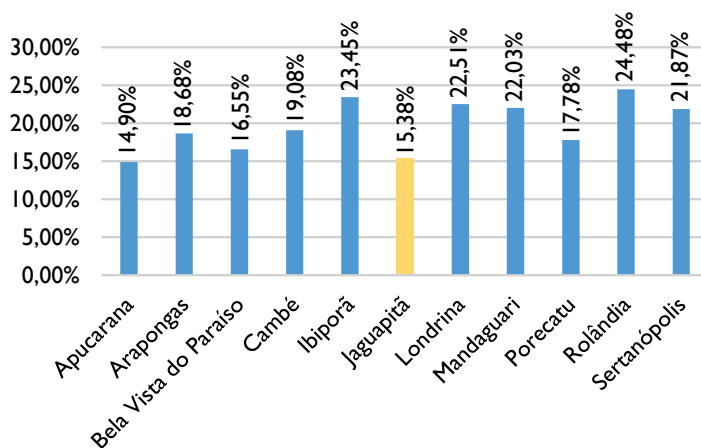
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TRE-PR.

Gráfico 7 – Região geográfica norte pioneiro, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



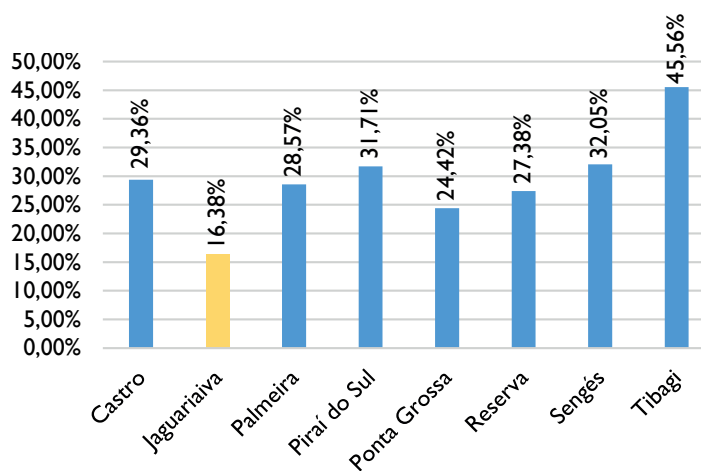
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 8 – Região geográfica norte central, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 9 – Região geográfica centro oriental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição

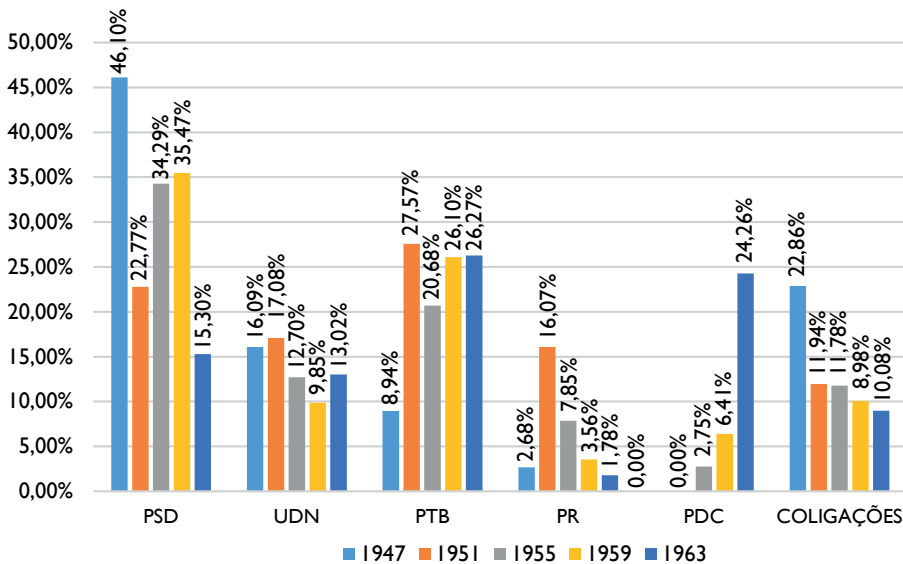


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Os Gráficos 1 a 9 foram importantes, pois demonstraram o interesse de retorno dos candidatos. A partir deste momento a pergunta que se faz é: estes candidatos que retornaram, permaneceram no mesmo partido ou migraram para outros partidos? Qual o grau de constância partidária?

O que se quer saber agora é o grau de coesão partidária destes partidos, tiveram forças para segurar seus candidatos ou não? Antes de partir para os gráficos resultantes da pesquisa, deixar-se-á claro uma opção realizada ao tratar estes dados. Em algumas eleições municipais os partidos concorreram coligados, nas mais diversas coligações, que eram chamadas de alianças pela legislação da época, não havendo como saber de qual partido dentro da coligação o candidato fazia parte. Desse modo, optou-se por considerar como fazendo parte de ambos. O Gráfico 10 vai demonstrar os vereadores eleitos por partido e por coligações separados.

Gráfico 10 – Desempenho dos principais partidos nas eleições municipais

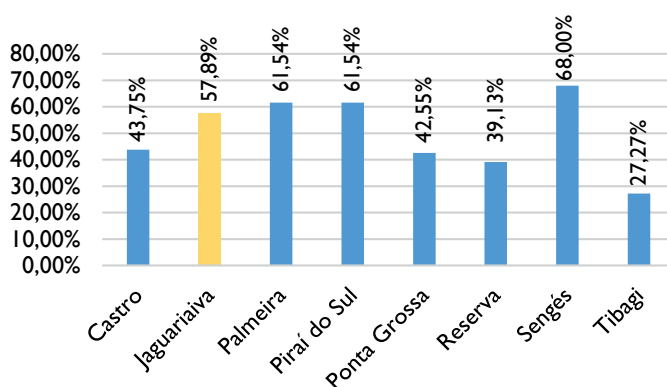


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

As coligações são menos frequentes neste período, até pelo reduzido número de partidos, mas ainda ocorreram da mesma forma que hoje, sem preocupação com a coerência programática dos partidos.

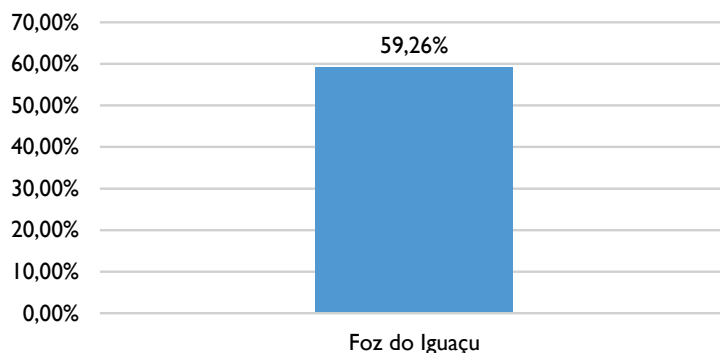
Os Gráficos 11 a 19 trazem percentual de permanência constante dos 80 municípios distribuídos entre as nove regiões geográficas estudadas.

Gráfico 11 – Região geográfica centro oriental, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



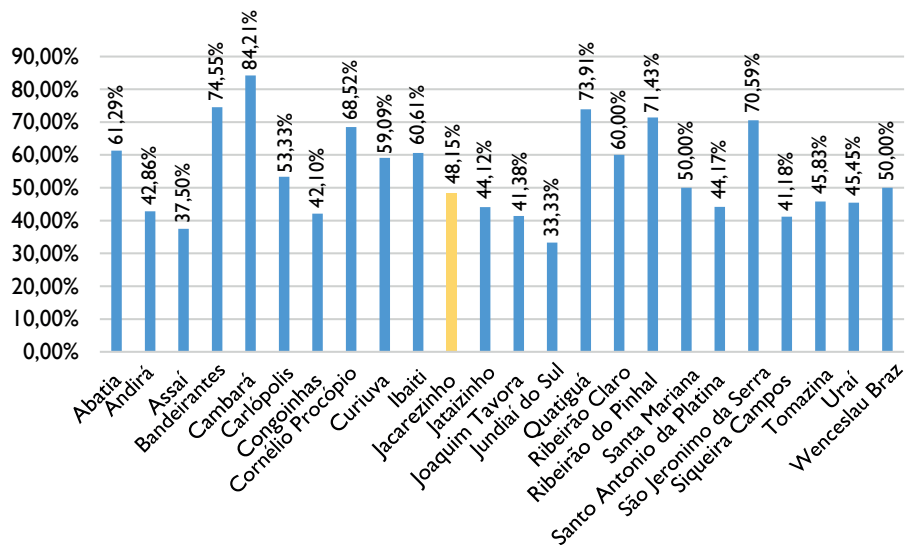
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes no site do TSE.

Gráfico 12 – Região geográfica oeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



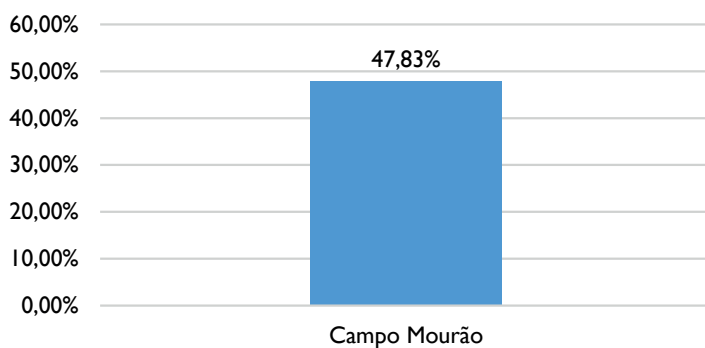
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes no site do TSE.

Gráfico 13 – Região geográfica norte pioneiro, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



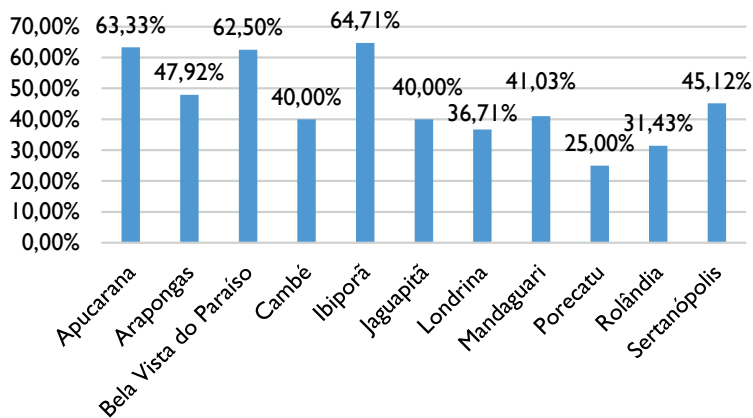
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 14 – Região geográfica centro ocidental, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



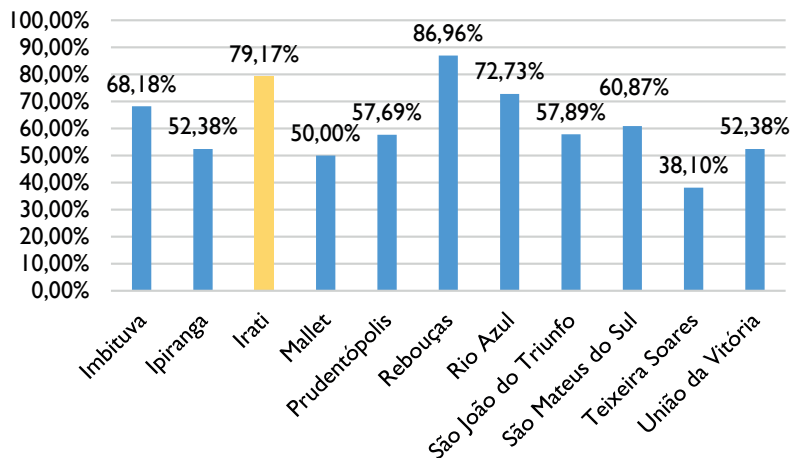
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 15 – Região geográfica norte central, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



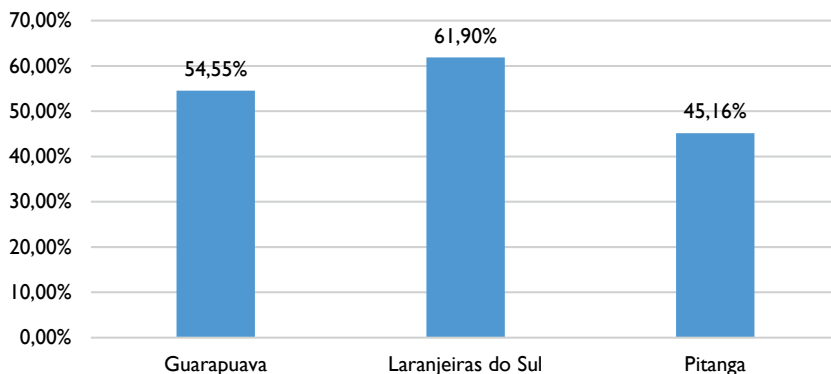
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TRE-PR.

Gráfico 16 – Região geográfica sudeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



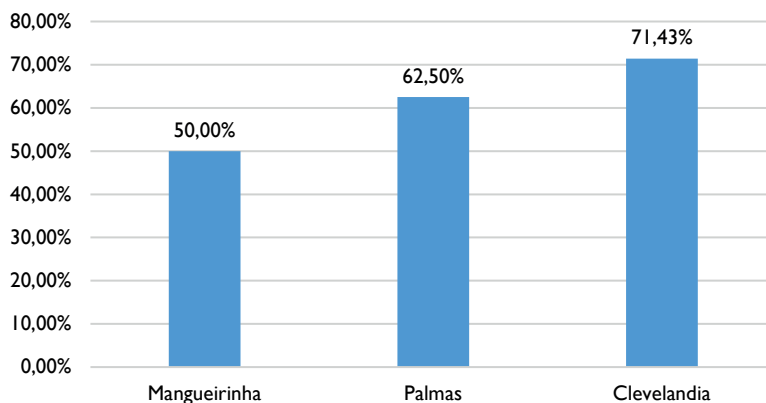
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 17 – Região geográfica centro sul paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



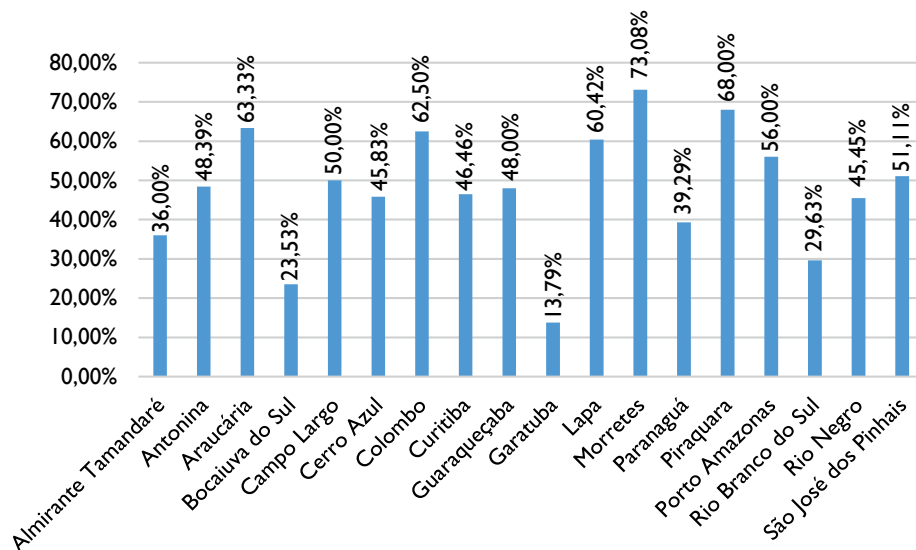
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 18 – Região geográfica sudoeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 19 – Região geográfica metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A Tabela 1 e o Gráfico 20, que virão a seguir, tendem a descrever a evolução de cada partido, durante o período de 1947 a 1963, e o quanto cada partido elegeu percentualmente para a Câmara de vereadores em cada uma das cinco eleições realizadas no decorrer deste período. Em 1947 percebe-se a ocorrência de uma grande concentração do percentual de cadeiras nos principais partidos PSD, PTB e UDN. À medida que a democracia vai amadurecendo no Estado, há uma maior distribuição das vagas nas Câmaras Municipais.

Por mais que houvesse divisões a nível nacional entre PSD, PTB e UDN, não se confirmava a mesma tendência nas eleições municipais. Pode-se perceber que não existia, neste período, um sentimento de antipartidarismo (Sousa, 1976, 30).

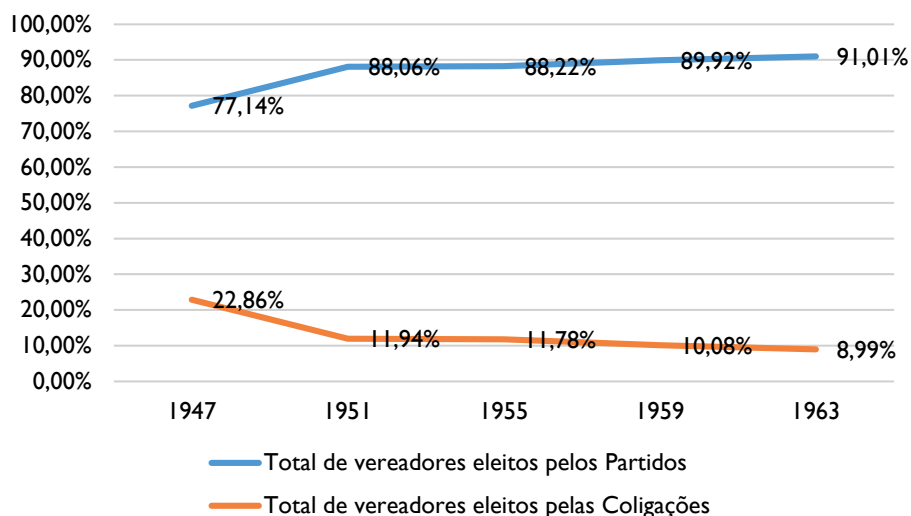
Contando que as brigas locais possam ter influenciado as infidelidades ocorridas, a força de cada partido pode ser vista pela quantidade de cadeiras conquistadas.

À medida que os partidos foram se organizando, a quantidade de candidatos eleitos pelas coligações tendeu a diminuir.

Tabela I – Percentual de cadeiras conquistadas pelos partidos nas Eleições de 1947 a 1963

Partidos	1947	1951	1955	1959	1963
PSD	46,10%	22,77%	34,29%	35,47%	15,30%
UDN	16,09%	17,08%	12,70%	9,85%	13,02%
PTB	8,94%	27,57%	20,68%	26,10%	26,27%
PRP	1,40%	1,12%	0,79%	0,83%	0,83%
PR	2,68%	16,07%	7,85%	3,56%	1,78%
PSP	0,39%	2,34%	7,72%	3,91%	3,55%
PST	0,39%	0,89%	0,00%	0,00%	0,47%
MTR	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,59%
PTN	0,00%	0,00%	0,79%	2,73%	4,14%
PDC	0,00%	0,00%	2,75%	6,41%	24,26%
PRT	0,00%	0,00%	0,26%	0,59%	0,12%
PSB	0,00%	0,00%	0,13%	0,00%	0,00%
PL	1,15%	0,22%	0,26%	0,47%	0,71%
Coligações	22,86%	11,94%	11,78%	10,08%	8,98%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 20 – Percentual de vereadores eleitos por Coligação e por partido

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Percebe-se que, neste período, o crescimento natural dos partidos se dá com a tomada de espaço dos principais partidos que tinham melhor organização em 1947 (PTB, UDN e PSD). A fragmentação foi resultado de uma disputa por alternativa, não foi uma grande fragmentação, mas moderada. Desta forma, a primeira experiência democrática, com partidos de formato nacional, foi efetivamente positiva no fortalecimento da democracia partidária.

Como colocou Rogério Schmitt (2000, 11), “basta mencionar que em nenhum momento anterior de nossa trajetória política e institucional combinaram-se de modo duradouro sufrágio universal e eleições competitivas, isto é, com efetiva alternância no poder”. O sistema funcionava, verificou-se uma alternância de poder nos municípios, em poucos casos houve uma preponderância de um partido, com a formação de uma maioria absoluta na última eleição democrática que se realizou em 1963. Em 1947, em apenas cinco municípios não ocorreu uma maioria absoluta na Câmara Municipal, estes foram Antonina, Apucarana, Curitiba, Londrina e Rebouças.

A evolução da democracia fica clara, uma vez que, nos demais 75 municípios, a Câmara Municipal foi dominada por uma maioria absoluta, por um único partido ou uma única coligação.

A Tabela 2 demonstra como os três principais partidos, em 1947, dominavam a quase totalidade das Câmaras Municipais. Cabe fazer uma ressalva, como colocado no início deste capítulo, que não havendo como determinar a qual partido pertence o candidato, optou-se por considerar como se a maioria pertencesse a todos os partidos coligados. Disto resultou que a soma do número de municípios foi maior devido às coligações, uma vez que a preponderância ficou para os partidos que compõem a coligação.

Tabela 2 – Domínio absoluto das Câmaras Municipais nas eleições de 1947

Eleições municipais de 1947	
Câmara de vereadores/maioria	
PSD	48 municípios
UDN	22 municípios
PTB	16 municípios
PR	6 municípios
PRP	3 municípios
PSP	1 município

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Em 1963, a preponderância ocorreu em apenas 19 municípios dos 80 acompanhados, sendo que o partido com o maior número Câmaras Municipais com maioria absoluta era o PDC, com 10 Câmaras Municipais.

O grau de fragmentação partidária no período foi avaliado, dividindo a quantidade de partidos que conquistaram cadeiras pelo número de vagas em disputa para a Câmara de vereadores. Este índice de fragmentação permitiu o cálculo mais preciso e independente do número de cadeiras das Câmaras de Vereadores e da quantidade de cadeiras conquistadas por cada partido. Quanto mais próximo de 1, maior a fragmentação partidária na Câmara de vereadores. Durante este período adotou-se a opção de contar os eleitos por coligações separados.

Tabela 3 – Índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais no período de cinco eleições municipais ocorridas no período de 1947 a 1963

Município	1947	1951	1955	1959	1963
Abatiá	0,11	0,33	0,44	0,33	0,33
Almirante Tamandaré	0,22	0,44	0,33	0,33	0,44
Andirá	0,44	0,33	0,33	0,33	0,33
Antonina	0,33	0,25	0,55	0,33	0,44
Apucarana	0,33	0,2	0,33	0,33	0,46
Arapongas	0,33	0,25	0,35	0,25	0,25
Araucária	0,33	0,44	0,33	0,33	0,55
Assaí	0,22	0,36	0,7	0,4	0,4
Bandeirantes	0,25	0,32	0,41	0,41	0,5
Bela Vista do Paraíso	0,33	0,33	0,2	0,6	0,3
Bocaiuva do Sul	0,22	0,33	0,33	0,33	0,33
Cambará	0,25	0,33	0,33	0,25	0,33
Cambé	0,44	0,5	0,55	0,44	0,44
Campo Largo	0,25	0,33	0,25	0,25	0,41
Campo Mourão	0,12	0,27	0,4	0,4	0,4
Carlopólis	0,22	0,33	0,33	0,33	0,33
Castro	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Cerro Azul	0,33	0,33	0,22	0,33	0,22
Clevelândia	0,22	0,33	0,22	0,33	0,33

[continua na próxima página]

Tabela 3 – Continuação

Município	1947	1951	1955	1959	1963
Colombo	0,16	0,33	0,55	0,55	0,44
Congoinhas	0,22	0,33	0,22	0,33	0,33
Cornélio Procópio	0,33	0,21	0,27	0,22	0,22
Curitiba	0,35	0,35	0,46	0,4	0,45
Curiuva	0,12	0,44	0,44	0,44	0,44
Foz do Iguaçu	0,33	0,33	0,55	0,22	0,77
Guarapuava	0,33	0,25	0,25	0,22	0,27
Guaraqueçaba	0,33	0,44	0,44	0,22	0,44
Guaratuba	0,22	0,33	0,44	0,33	0,44
Ibaiti	0,33	0,44	0,44	0,44	0,33
Ibiporã	0,44	0,66	0,33	0,44	0,44
Imbituva	0,33	0,44	0,44	0,22	0,33
Ipiranga	0,33	0,55	0,22	0,22	0,44
Irati	0,54	0,41	-	0,66	0,5
Jacarezinho	0,33	0,41	-	0,41	0,5
Jaguapitã	0,22	0,3	-	0,5	0,4
Jaguariaiva	0,25	0,33	-	0,4	0,4
Jataizinho	0,11	0,33	0,33	0,44	0,33
Joaquim Tavora	0,33	0,44	0,55	0,44	0,44
Jundiá do Sul	0,11	0,44	0,22	0,44	0,44
Lapa	0,41	0,31	0,4	0,26	0,26
Laranjeiras do Sul	0,22	0,3	0,3	0,6	0,4
Londrina	0,46	0,25	0,35	0,45	0,3
Mallet	0,22	0,55	0,55	0,44	0,33
Mandaguari	0,22	0,25	0,2	0,5	0,4
Mangueirinha	0,22	0,33	0,22	0,33	0,33
Morretes	0,44	0,33	0,44	0,33	0,44
Palmas	0,22	0,44	0,44	0,44	0,55
Palmeira	0,33	0,55	0,44	0,33	0,55
Paranaguá	0,2	0,33	0,26	0,4	0,33
Piraí do Sul	0,44	0,33	0,33	0,33	0,33
Piraquara	0,33	0,55	0,55	0,33	0,33
Pitanga	0,22	0,16	0,2	0,22	0,27
Ponta Grossa	0,46	0,25	0,3	0,3	0,38
Porecatu	0,33	0,55	0,44	0,33	0,33

[continua na próxima página]

Tabela 3 – Continuação

Município	1947	1951	1955	1959	1963
Porto Amazonas	0,33	0,55	0,44	0,33	0,22
Prudentópolis	0,33	0,33	0,55	0,4	0,3
Quatiguá	0,22	0,44	0,44	0,33	0,33
Rebouças	0,33	0,44	0,33	0,44	0,44
Reserva	0,25	0,33	0,4	0,2	0,3
Ribeirão Claro	0,22	0,55	0,33	0,22	0,33
Ribeirão do Pinhal	0,11	0,33	0,33	0,44	0,33
Rio Azul	0,22	0,44	0,44	0,55	0,44
Rio Branco do Sul	0,33	0,44	0,33	0,22	0,33
Rio Negro	0,33	0,33	0,41	0,41	0,33
Rolândia	0,22	0,41	0,33	0,33	0,41
Santa Mariana	0,22	0,33	0,22	0,33	0,44
Santo Antônio da Platina	0,36	0,33	0,41	0,16	0,33
São Jerônimo da Serra	0,11	0,44	0,44	0,44	0,22
São João do Triunfo	0,22	0,33	0,44	0,33	0,44
São José dos Pinhais	0,33	0,25	0,33	0,33	0,33
São Mateus do Sul	0,44	0,44	0,44	0,44	0,44
Sengés	0,22	0,33	0,33	0,33	0,33
Sertanópolis	0,25	0,33	0,4	0,7	0,5
Siqueira Campos	0,33	0,33	0,44	0,44	0,44
Teixeira Soares	0,22	0,44	0,33	0,33	0,22
Tibagi	0,16	0,2	0,33	0,55	0,33
Tomazina	0,44	0,44	0,33	0,33	0,55
União da Vitória	0,33	0,41	0,41	0,41	0,58
Uraí	0,33	0,33	0,55	0,55	0,44
Wenceslau Braz	0,33	0,33	0,33	0,44	0,44

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

O índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais em 1947 variou de no mínimo 0,11 nos municípios de Abatiá, São Jerônimo da Serra, Jataizinho, Jundiá do Sul e Ribeirão do Pinhal, e no máximo de 0,54 no município de Irati.

Na eleição de 1951, apenas o município de Pitanga atingiu o menor índice 0,16 e o maior índice foi de 0,55 atingido pelos municípios de Ribeirão do Pinhal, Porto Amazonas, Porecatu, Piraquara, Palmeira, Mallet e Ipiranga.

Em 1955, o menor índice de fragmentação partidária foi atingido pelos municípios de Pitanga, Bela Vista do Paraíso e Mandaguari de 0,2 e, por sua vez, nesta eleição o maior índice foi atingido no município de Assaí, sendo de 0,7.

Nas eleições de 1959, o mínimo do índice de fragmentação ocorreu no município de Santo Antônio da Platina, com 0,16, e o máximo ocorreu no município de Sertanópolis, com 0,7.

Na última eleição ocorrida em um regime democrático, no sentido colocado por Robert Dahl (2015, 27), o menor índice de fragmentação foi de 0,22 nos municípios de Teixeira Soares, São Jerônimo da Serra, Porto Amazonas, Cornélio Procópio e Cerro Azul. O maior índice ocorreu no município de Foz do Iguaçu, com 0,77.

Neste tópico tratou-se do índice de retorno, coesão e força dos partidos no período de 1947 a 1963. Estes partidos são muito necessários para manter a democracia, pois é importante “para o Brasil, cultivar e robustecer a instituição dos partidos, que tão dificilmente se afirmou e progrediu” (Franco, 1980, 121).

A ruptura ocorrida em 1964 quebrou a estrutura partidária que, mesmo com a redemocratização, demorou para se firmar e ainda sofre os efeitos perversos da confusão entre eleição e democracia. A maioria dos países possui eleições, mesmo países autoritários e com ditaduras, isto acontece ainda que não exista as condições necessárias ou mesmo as garantias que caracterizam uma democracia. No Brasil, eleições municipais ocorreram continuamente, por mais que a liberdade de se manifestar, escolher candidatos ou até mesmo escolher outros partidos fosse limitada. Mas democracia com cidadãos politicamente iguais envolve muito mais do que ter eleição, envolve o direito:

1. de formular suas preferências;
2. de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva;
3. de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. (Dahl, 2015, 26)

As eleições ocorridas durante o período da ditadura não poderiam ser caracterizadas como democráticas de acordo com os critérios citados por Robert Dahl como essenciais para a democracia.

No Brasil as eleições foram fortemente tuteladas pelo estado, e apenas a partir da Lei 9.096/1995 os partidos tiveram um pouco mais de liberdade para se organizar.

Análise da filiação partidária no período de 1996 a 2016

Após o fim de tempos sombrios para a democracia, veio um novo período de redemocratização. Renasceu um entusiasmo ao fim da Ditadura Militar, a demora para a estabilização se deveu ao formato superficial e conciliador, utilizando-se de arranjos institucionais para concretizar a passagem para a democracia. Por este motivo, só em 1995 surge a Lei 9.096/1995, dos partidos, tornando-se um marco para a democratização e estabilização partidária, dando início a este segundo período da pesquisa, que abrangerá as eleições municipais de 1996 a 2016.

Neste segundo período democrático, duas preocupações sempre assombraram os democratas: a primeira preocupação diz respeito ao “ideal do máximo de participação do povo, precisam de uma revisão drástica, quando não uma rejeição pura e simples” (Pateman, 1992, 10). Deste entendimento fica clara a opção pela democracia pelos partidos políticos, conforme está claro na própria Constituição Federal em seu artigo 14, parágrafo 3º, inciso V, que coloca os partidos como essenciais para o exercício da democracia (Brasil, 1988).

A segunda preocupação colocada por Carole Pateman (1992, 10) é sobre o respeito à estabilidade “do sistema político e com as condições ou pré-requisitos necessários para assegurar tal estabilidade”, colocando uma comparação entre democracia e totalitarismo enquanto as duas únicas alternativas políticas possíveis no mundo moderno. Estabilizar o instável é uma tarefa árdua e contraditória para o próprio sistema democrático, uma vez que democracia é instabilidade, é debate, e conforme diria Norberto Bobbio (1992, 9), “para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo”.

Neste contexto, os partidos se reconstróem e ajudam a construir durante este processo a própria democracia. Os partidos foram entendidos como fundamentais para a preservação do Estado Democrático de Direito, pois, segundo Alexandre de Moraes (2016),

os partidos têm autonomia para definir estrutura interna, organização, funcionamento, estabelecimento de normas de fidelidade e disciplina partidária, mas Alexandre de Moraes (2016) não faz referência em relação à democracia interna dos partidos.

O país passou por uma crescente urbanização durante o período anterior. No Paraná, o número de municípios se multiplicou quase cinco vezes, já o jornal impresso começou a entrar em declínio, pois a revolução da internet, a popularização do telefone celular e mídias sociais começaram a crescer na sociedade.

A Guerra Fria, que marcou o fim do período democrático anterior, esfriou definitivamente. Os conceitos sólidos, as verdades universais, começaram a ser questionados em um novo momento da modernidade. Isto afetou os partidos políticos, há uma nova dimensão a ser levada em conta, a visão binária da política, a divisão entre bem e mal, amigo e inimigo, esquerda e direita começa a perder relevância na política, mesmo que, segundo Peter Mair (2017, 69, tradução nossa), ainda são levados em consideração: “mesmo nas novas circunstâncias da política do final do século XX, as diferenças entre os partidos e as oposições de esquerda e direita continuaram a desempenhar um papel proeminente no processo político”.

Os resultados deste segundo bloco da pesquisa podem trazer algumas respostas. Neste novo período, o jornal impresso vem sendo substituído pela internet, a rapidez com que as notícias e a informação circulam é espantosa. O desenvolvimento tecnológico atropelou o antigo partido fundado no período da modernidade sólida, isto força os partidos a uma adaptação aos instrumentos tecnológicos colocados à disposição.

Em 1996, houve a primeira eleição em que a liberdade partidária efetivamente ganhou mais destaque, assim como a liberdade do filiado de se afastar cada vez com mais facilidade das amarras partidárias. Os partidos deveriam assumir a posição de representantes e canais de manifestação da sociedade, pelo menos esse era o caminho que deveriam ter adotado, caso a sociedade não tivesse passado por mudanças.

Entretanto, o mundo mudou e novas perspectivas surgiram com o fim da Guerra Fria, as certezas de um lado e de outro se diluíram. Neste contexto, outras organizações passaram a representar a sociedade, a apresentar reivindicações e influir nas próprias políticas públicas do estado.

Os partidos políticos tendem a não desaparecer, pois, segundo Alessandra Mara Cornazzani Sales (2016), seria inconcebível uma democracia sem partidos, mas pode ser que uma forma de sistema de partidos entre em crise e seja substituída por uma outra forma de sistemas.

Uma democracia de partidos, como disse André Norberto Carbone de Carvalho (2012), necessita de fidelidade partidária, e mais do que isso, necessita de normas, de regulamentação para estabilizar e apontar um rumo para o próprio desenvolvimento da democracia.

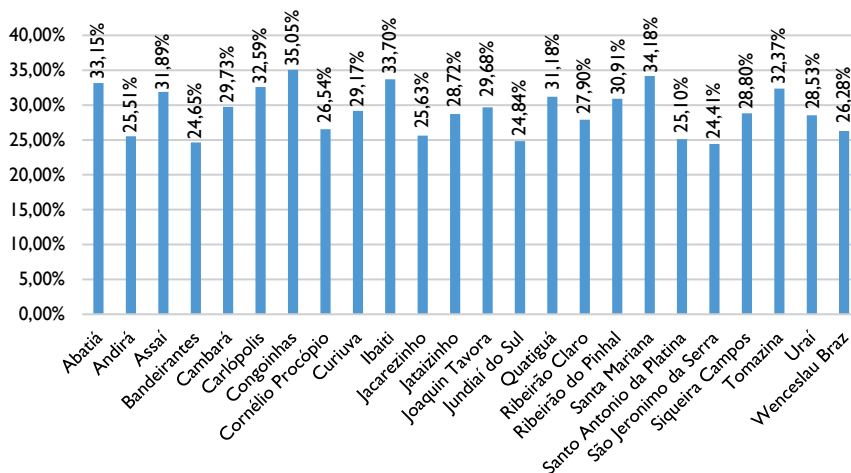
A regulamentação foi relevante principalmente porque conferiu às organizações partidárias o respaldo de que precisavam para se firmarem como verdadeiras protagonistas do processo eleitoral. Com efeito, ainda que tardiamente, percebeu-se a importância de uma das premissas básicas e necessárias para a efetivação da democracia pelos partidos: a de que o vínculo de um representante ao partido é tão forte quanto aquele que o mesmo possui com o eleitor. (Carvalho, 2012, 95)

Percebe-se esta situação tanto na legislação quanto nas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tratam da organização partidária. A realidade atropelou esta construção, a imprensa partidária, que era fundamental para a circulação de informações e outras versões sobre um fato, não resistiu à dinâmica das redes sociais, na qual a informação é difusa e fragmentada.

Os Gráficos 21 a 29 tratarão do índice de retorno, isto é, dos candidatos que retornam para participar em mais de uma eleição. Neste período, de 1996 a 2016, realizaram-se seis eleições municipais. Os municípios serão os mesmos analisados no tópico anterior, o que possibilitará um trabalho comparativo a ser desenvolvido no último capítulo.

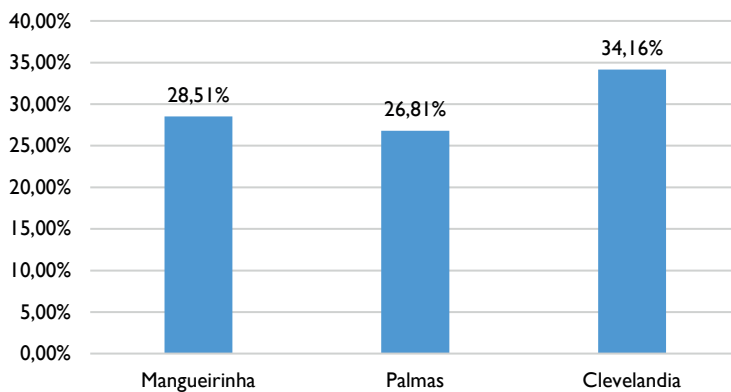
Os gráficos trazem os percentuais de todos os 80 municípios estudados e fazem referência ao percentual de retorno nas nove regiões.

Gráfico 21 – Região geográfica norte pioneiro, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



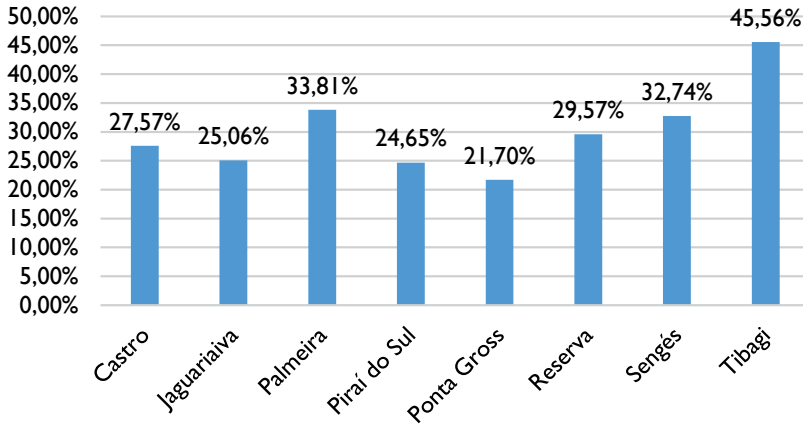
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 22 – Região geográfica sudoeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



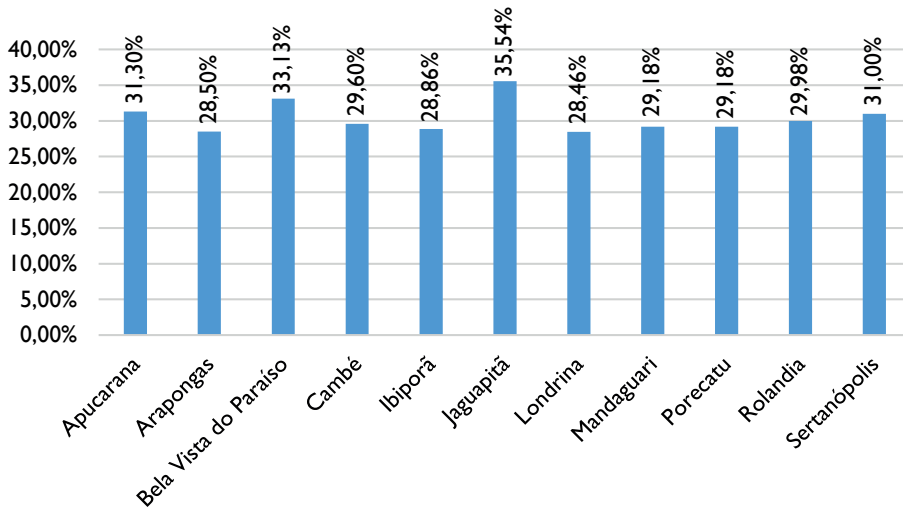
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 23 – Região geográfica centro oriental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



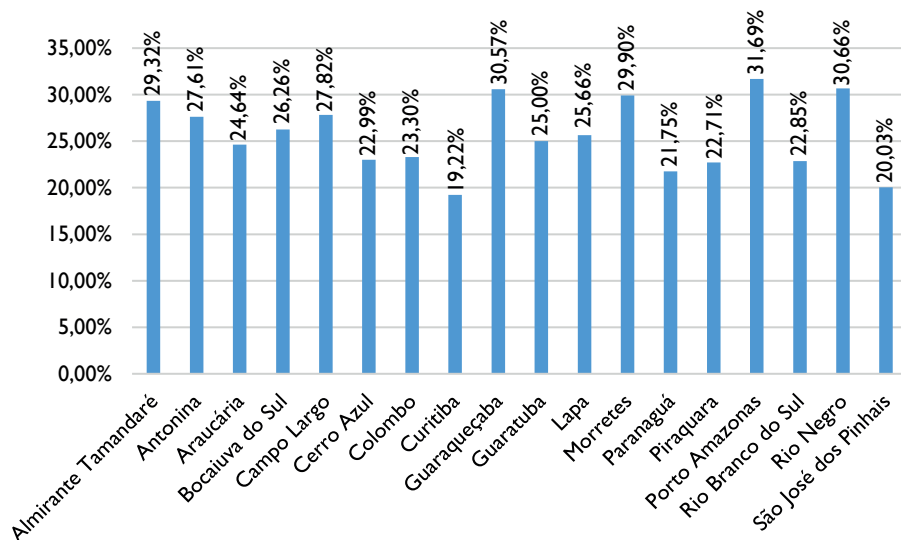
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 24 – Região geográfica norte central, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



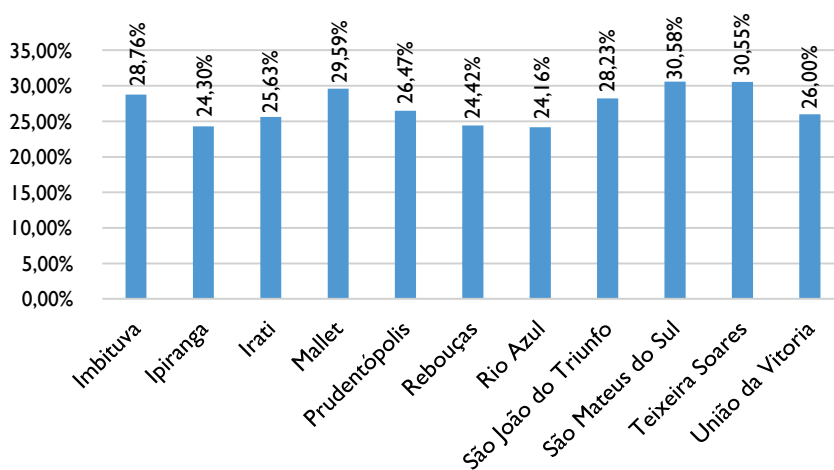
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 25 – Região geográfica metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



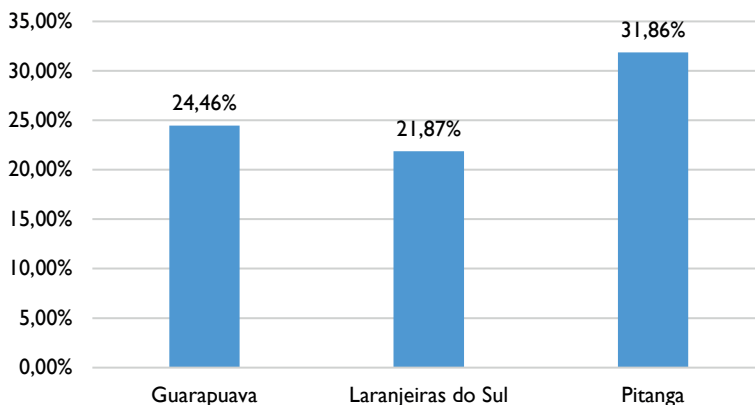
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 26 – Região geográfica sudeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



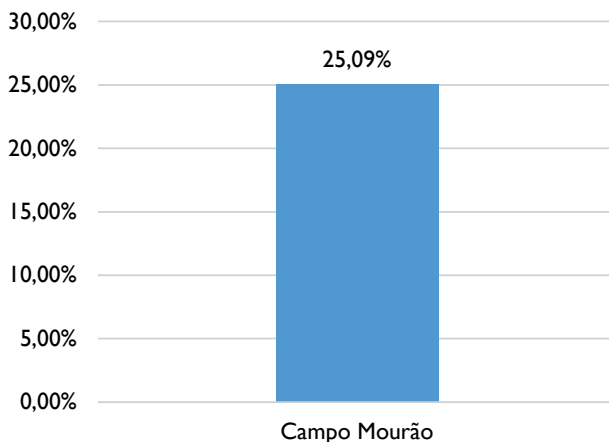
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 27 – Região geográfica sul paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

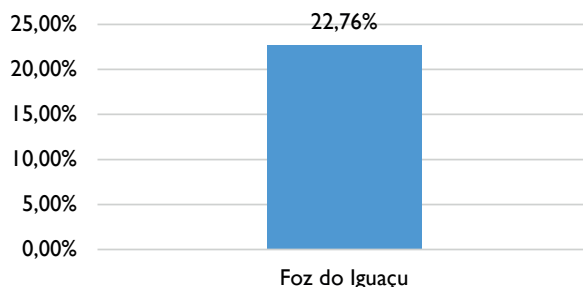
Gráfico 28 – Região geográfica centro ocidental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Até o momento, verificamos o índice de retorno dos candidatos e a coesão partidária, ou melhor, o grau de constância das filiações partidárias. Os partidos políticos estão em número maior no período de 1996 a 2016, há uma fragmentação dos partidos, o que é considerado normal em uma democracia.

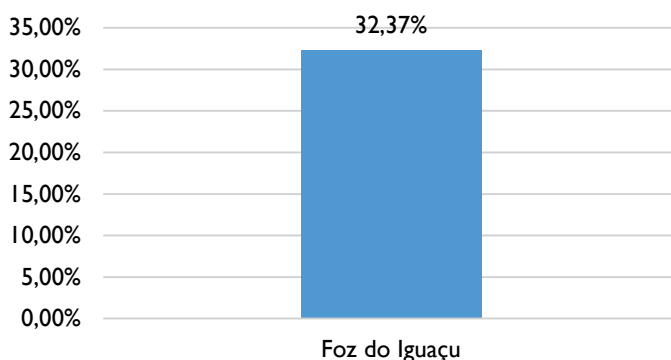
Gráfico 29 – Região geográfica oeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

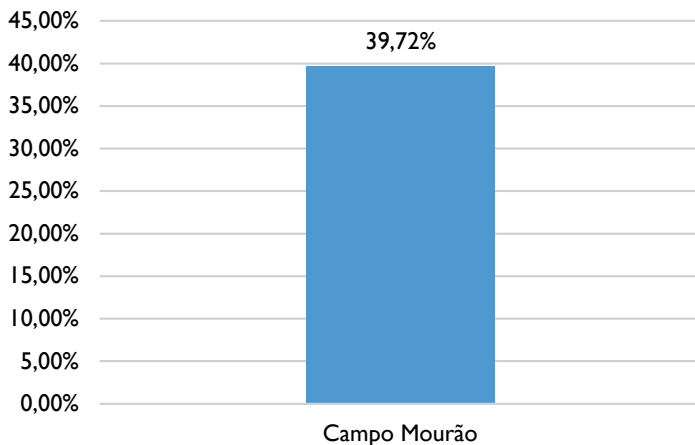
O grau de coesão, índice de permanência no partido adotado, ajudará a medir a constância partidária, ou seja, o quanto os partidos conseguiram manter os candidatos em seus quadros para concorrer pelo partido. Em 1996 existia cerca de 23 partidos aptos a concorrer às eleições, e este número aumentou gradualmente para 35 até as eleições de 2016 (Sales, 2016). A constância do filiado que se propõe a concorrer pelo mesmo partido é o índice que se busca medir nos gráficos a seguir.

Gráfico 30 – Região geográfica oeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



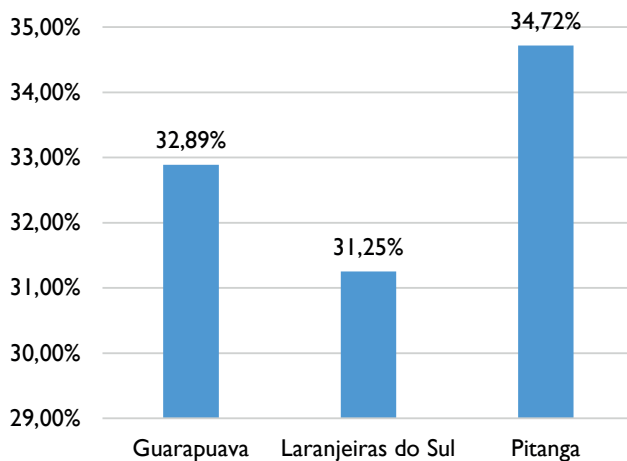
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 31 – Região geográfica centro ocidental, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



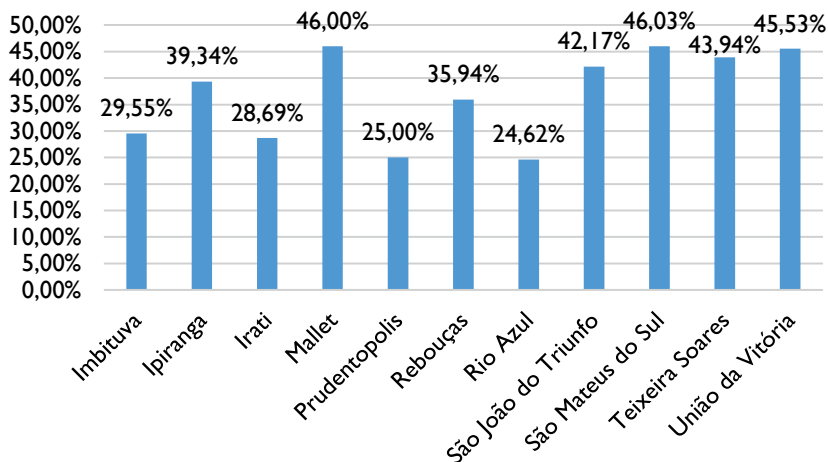
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 32 – Região geográfica sul paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



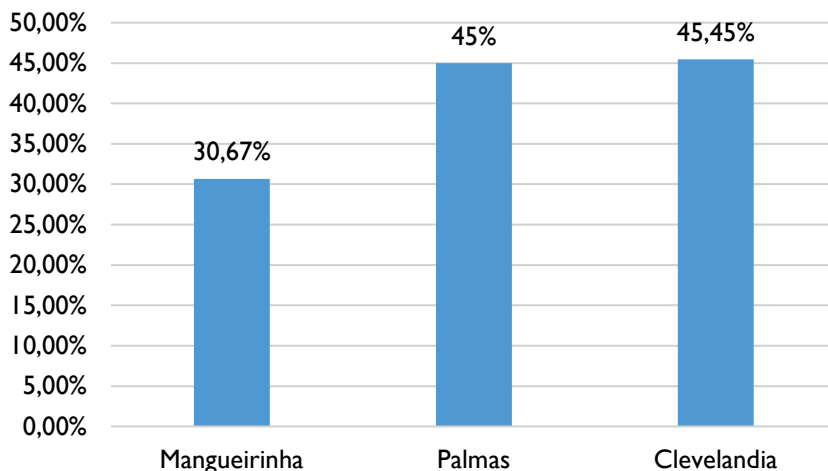
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 33 – Região geográfica sudeste paraense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



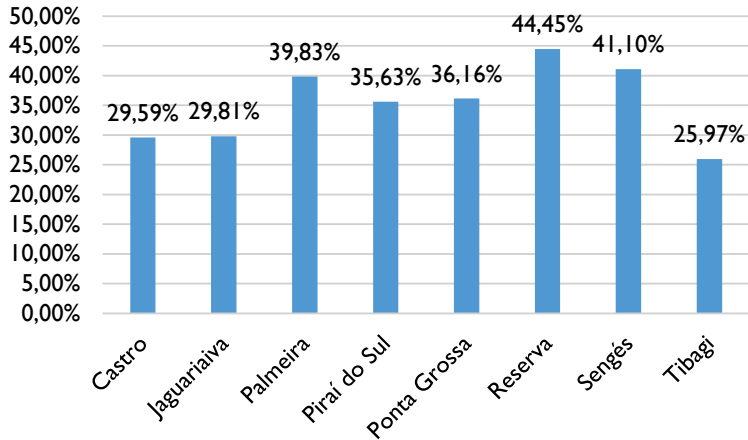
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 34 – Região geográfica sudoeste paraense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



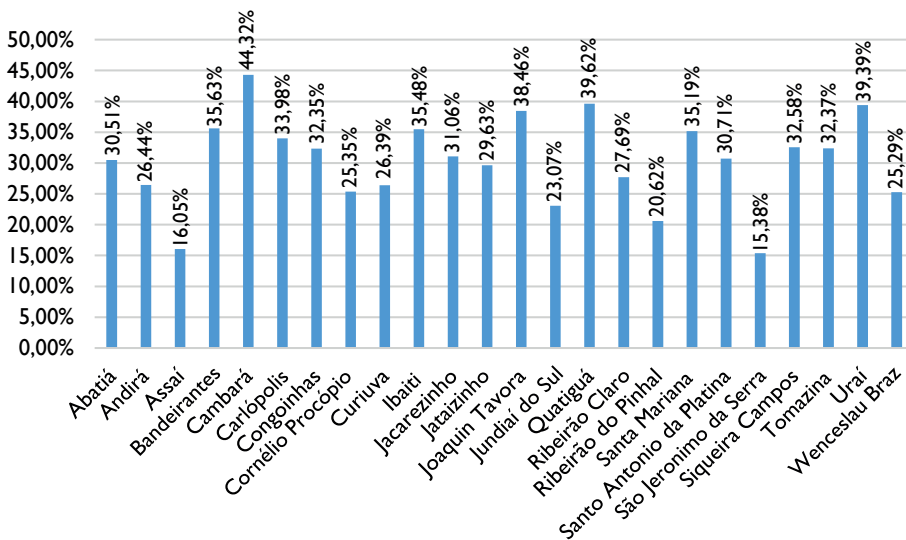
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 35 – Região geográfica centro oriental, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



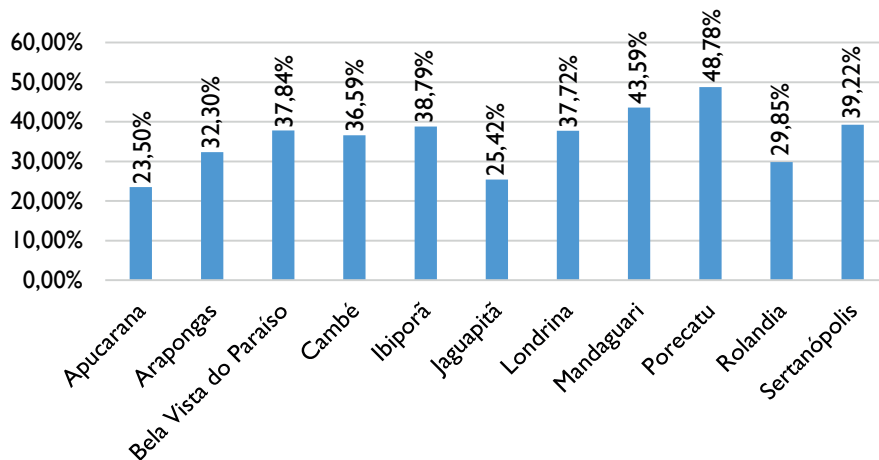
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 36 – Região geográfica norte pioneiro, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



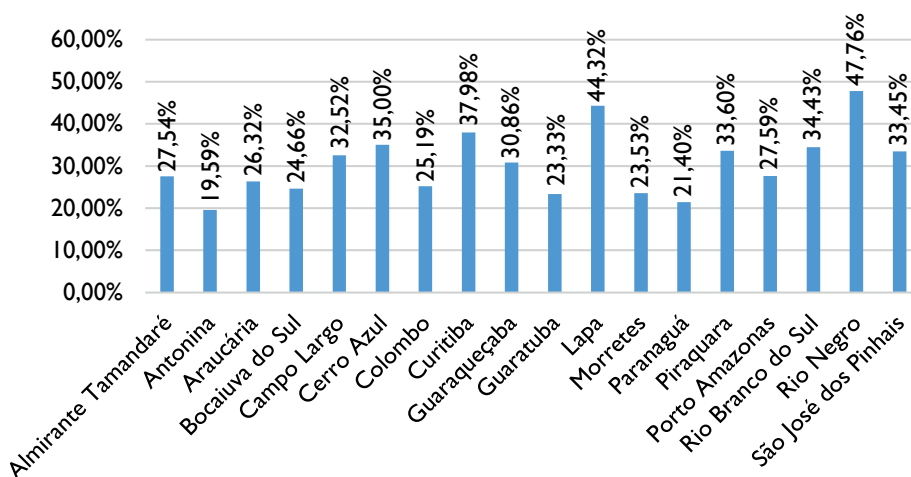
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 37 – Região geográfica norte central, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

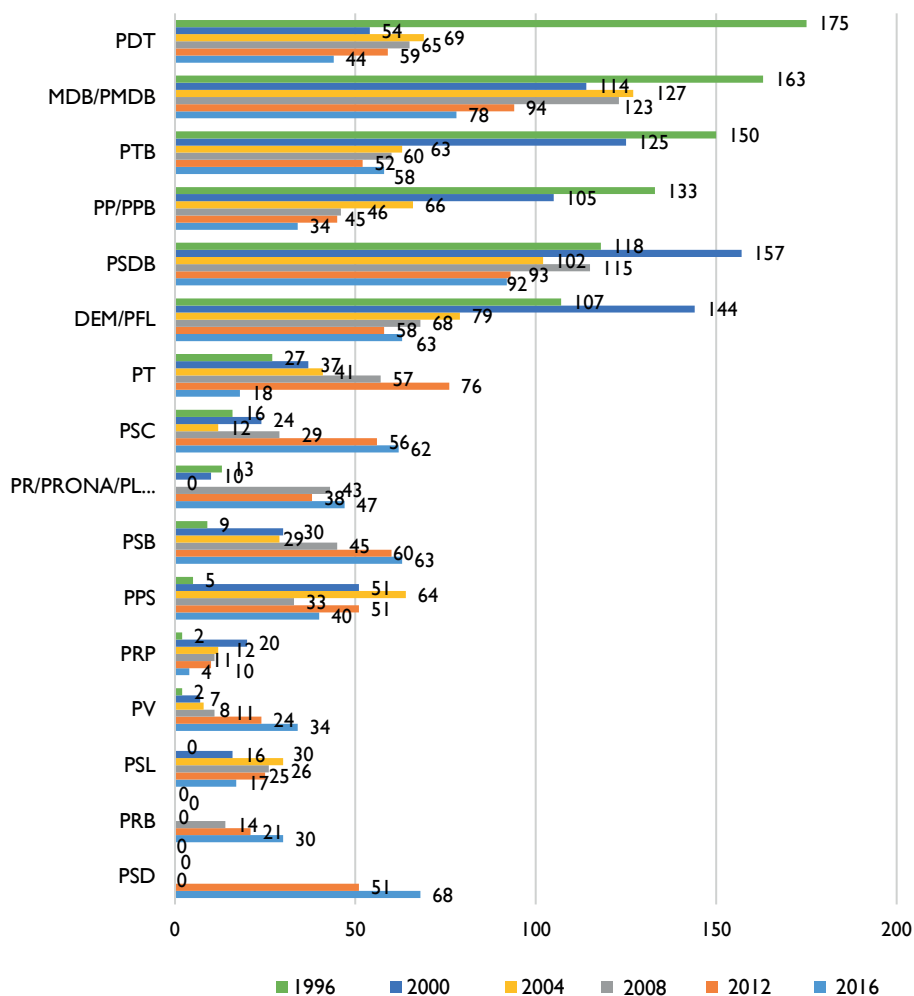
Gráfico 38 – Região geográfica metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

O Gráfico 39 mostra qual a força de cada partido, isto com base na quantidade de vereadores eleitos nos 80 municípios analisados e em como foi o desempenho durante o período de 1996 a 2016 dos partidos. A impressão exposta no Gráfico 39 é que os grandes partidos são fortes e estáveis, entretanto o desempenho individual dos partidos que existiam em 1996 no Paraná será acompanhado nos Gráficos 40 a 56, que evidencia o desgaste dos partidos.

Gráfico 39 – Desempenho dos partidos nas eleições municipais de 1996 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A Tabela 4 traz informações sobre a evolução dos partidos nos 80 municípios. O percentual faz referência ao total de vereadores eleitos por eleição.

Tabela 4 – Vereadores eleitos pelos partidos no período de 1996 a 2016, nos 80 municípios estudados

Eleições Municipais	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	18,89%	5,83%	9,39%	8,34%	6,65%	4,71%
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)/Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	17,39%	12,31%	17,05%	15,67%	10,60%	8,11%
PTB	16,43%	13,82%	8,46%	7,58%	5,86%	7,13%
Partido Progressista (PP)/Partido Progressista Brasileiro (PPB)	14,19%	11,12%	8,86%	5,81%	5,07%	4,06%
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	12,80%	16,95%	13,96%	14,54%	10,60%	9,54%
Democratas (DEM)/Partido da Frente Liberal (PFL)	11,74%	15,55%	10,60%	8,85%	6,76%	7,67%
Partido dos Trabalhadores (PT)	2,88%	3,99%	5,50%	7,33%	8,57%	1,97%
Partido Social Cristão (PSC)	1,71%	2,59%	1,61%	3,66%	6,43%	7,24%
PR/Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona)/PL/PST	1,39%	1,40%	0,13%	5,79%	4,51%	4,93%
PSB	0,96%	3,35%	3,89%	5,79%	6,76%	7,24%
Partido Popular Socialista (PPS)/Cidadania	0,53%	5,51%	8,86%	4,17%	5,75%	4,38%
Partido Trabalhista Cristão (PTC)/Partido de Reconstrução Nacional (PRN)	0,32%	0,54%	0,40%	1,01%	0,45%	0,97%
PRP	0,21%	2,27%	1,74%	1,39%	1,13%	0,44%
Partido Verde (PV)	0,21%	0,75%	1,07%	1,39%	2,70%	3,73%
Partido da Mobilização Nacional (PMN)	0,21%	0,54%	1,07%	0,76%	1,13%	1,21%
Partido Comunista do Brasil (PC do B)	0,10%	0,11%	0,67%	0,63%	0,90%	0,44%

[continua na próxima página]

Tabela 4 – Continuação

Eleições Municipais	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Partido Social Liberal (PSL)	0,00%	1,94%	4,02%	3,29%	2,82%	2,30%
Democracia Cristã (DC)/ Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	0,00%	0,97%	0,54%	0,50%	1,13%	0,98%
Partido Humanista da Solidariedade (PHS)	0,00%	0,21%	0,80%	0,38%	1,46%	2,74%
Podemos (Pode)/ PTN	0,00%	0,11%	1,21%	1,01%	1,01%	1,31%
Avante/Partido Trabalhista do Brasil (PT do B)	0,00%	0,11%	0,13%	0,38%	0,34%	0,22%
Partido Republicano Brasileiro (PRB)/ Republicanos	0,00%	0,00%	0,00%	1,77%	2,48%	3,29%
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%	0,11%	0,33%
PSD	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,09%	7,23%
Partido Pátria Livre (PPL)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,68%	0,22%
Partido Republicano da Ordem Social (Pros)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,41%
Partido da Solidariedade (SD)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,41%
Patriota (Patri)/Partido Ecológico Nacional (PEN)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,98%
Partido da Mulher Brasileira (PMB)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,98%
Rede Sustentabilidade (Rede)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,77%
Novo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Partido da Causa Operária (PCO)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Partido Socialismo e Liberdade (Psol)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

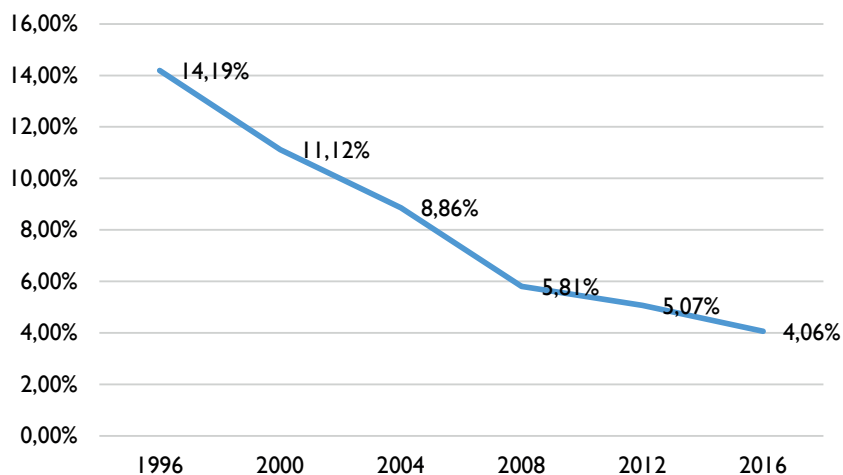
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Percebe-se pelos Gráficos 40 a 56 que os partidos que, em 1996 demonstraram certa força elegendo mais de 100 vereadores, perderam força ao longo do tempo.

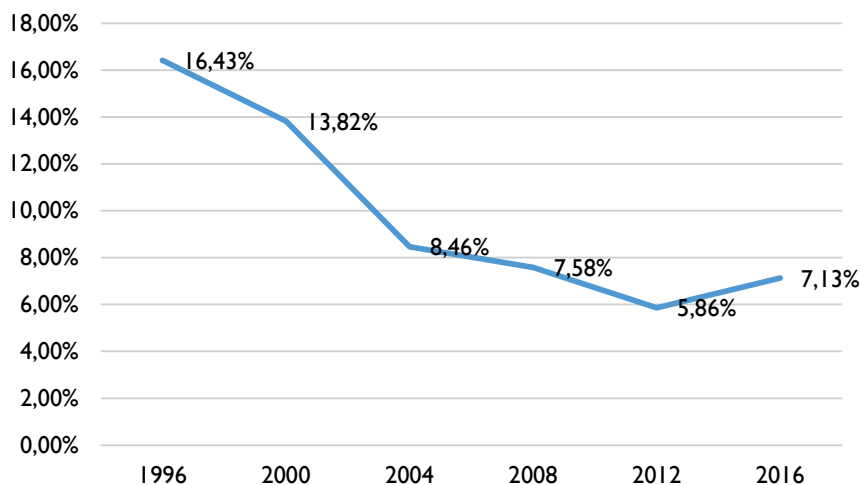
Os Gráficos 40, 41 e 42 vão demonstrar como foi o desempenho dos partidos PP, PTB e MDB nos 80 municípios acompanhados durante as eleições municipais de 1996 a 2016. Estes partidos conquistaram 133, 154 e 163 cadeiras, respectivamente, e entraram em um viés de descenso. O PP foi o partido que teve a queda mais acentuada, saindo de 133 vereadores em 1996 para 37 nas eleições de 2016. O MDB chegou a 74 e o PTB conquistou 65 cadeiras em 2016.

No Gráfico 43 pode ser verificado o desempenho do PSDB nas eleições municipais de 1996 a 2016, e, principalmente, o fato de que o partido tenha elegido presidente em 1998 e o governo do estado em 2010, com reeleição em 2014. O seu desempenho difere dos partidos anteriores, e foi constatado um crescimento significativo nas eleições municipais de 2000, quando atingiu seu maior patamar com 157 cadeiras. Após esta eleição, perdeu cadeiras significativamente, e mesmo mantendo uma certa estabilidade, entrou em viés de descenso nas duas últimas eleições, chegando a 87 cadeiras conquistadas nas eleições de 2016.

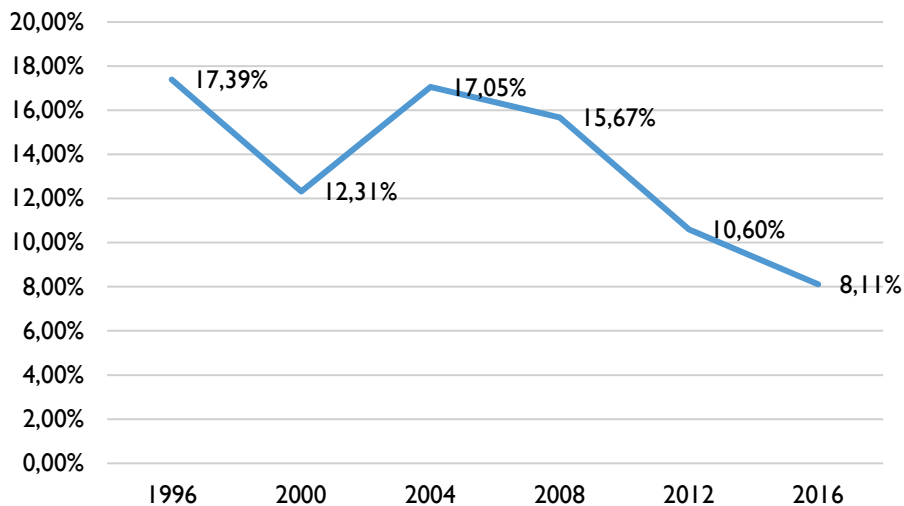
Gráfico 40 – Desempenho do PP nas eleições municipais de 1996 a 2016



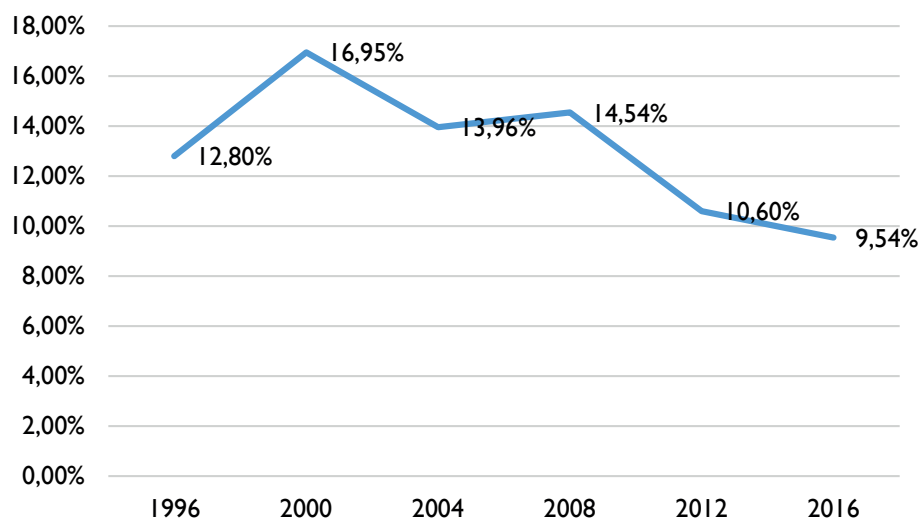
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 41 – Desempenho do PTB nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 42 – Desempenho do MDB nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 43 – Desempenho do PSDB nas eleições municipais de 1996 a 2016

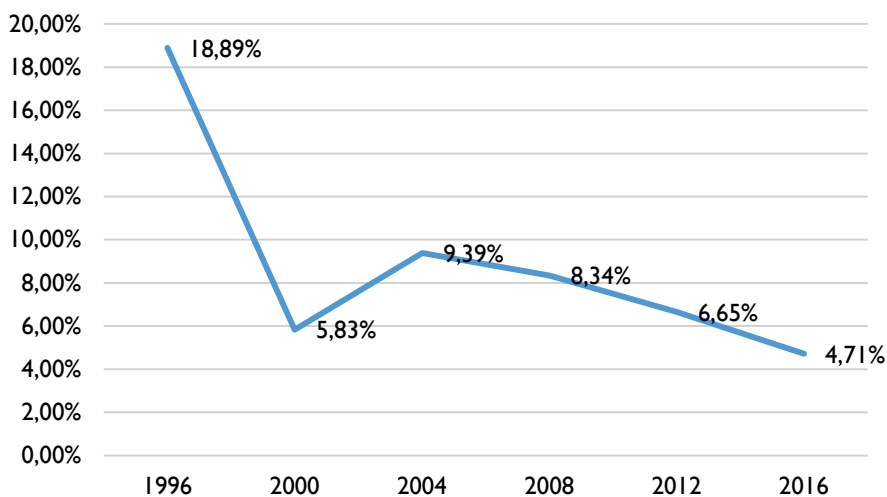
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Os Gráficos 44 e 45 apresentam dois casos curiosos pela dependência dos partidos de figuras pessoais, que repercutiram no desempenho do partido. O caso do PDT e do DEM, que demonstraram ter forte influência nas eleições, e o desempenho pessoal do governador Jaime Lerner, assunto bem explorado por Cervi e Codato (2006) na análise sobre as eleições para deputado estadual. Os anos em que houve aumento no número de vereadores nestes partidos correspondem aos anos em que Jaime Lerner estava no partido e era governador do estado.

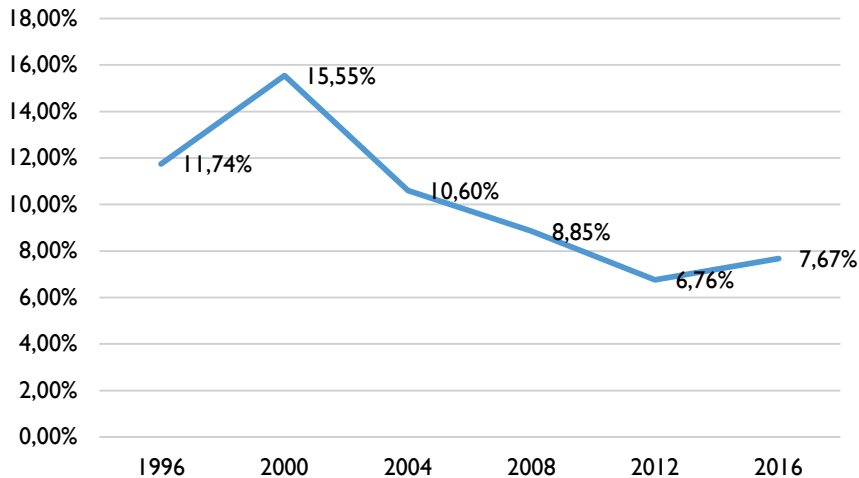
Ambos os partidos tiveram seus maiores índices quando o governador Jaime Lerner foi eleito, o PDT nas eleições municipais de 1996 atingiu 175 cadeiras e o PFL/DEM teve seu melhor desempenho nas eleições municipais de 2000, quando o partido elegeu 144 vereadores. Este fenômeno não se repetiu quando o MDB ou o PSDB estiveram na direção do governo do estado.

Todos estes partidos entraram em declínio, ora mais acentuado ora menos, abaixo partidos que apontaram tendência de ascensão.

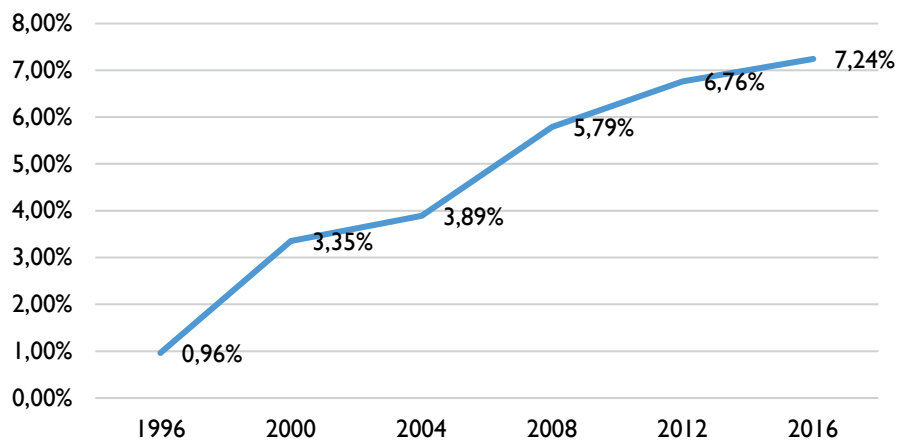
Os gráficos 64, 65, 66 e 67 demonstram o desempenho do PSB, PV, PSC e PR, todos demonstraram um crescimento nos municípios estudados durante o período das Eleições Municipais de 1996 a 2016.

Gráfico 44 – Desempenho do PDT nas eleições municipais de 1996 a 2016

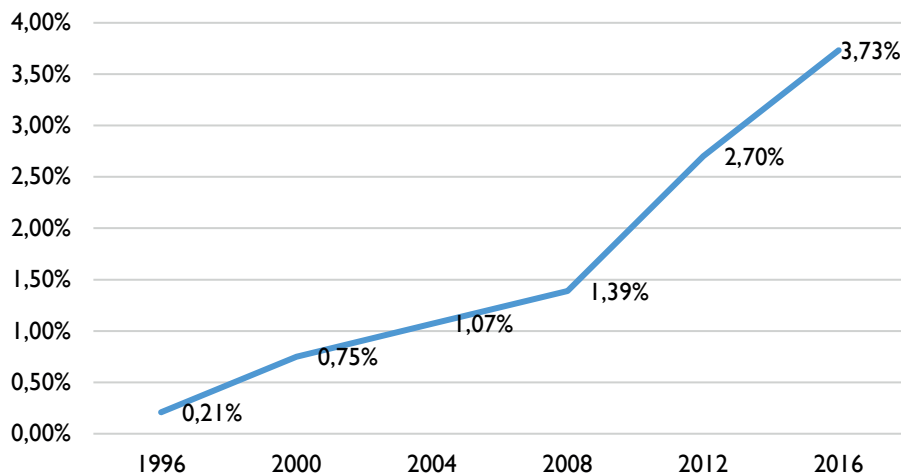
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 45 – Desempenho do DEM nas eleições municipais de 1996 a 2016

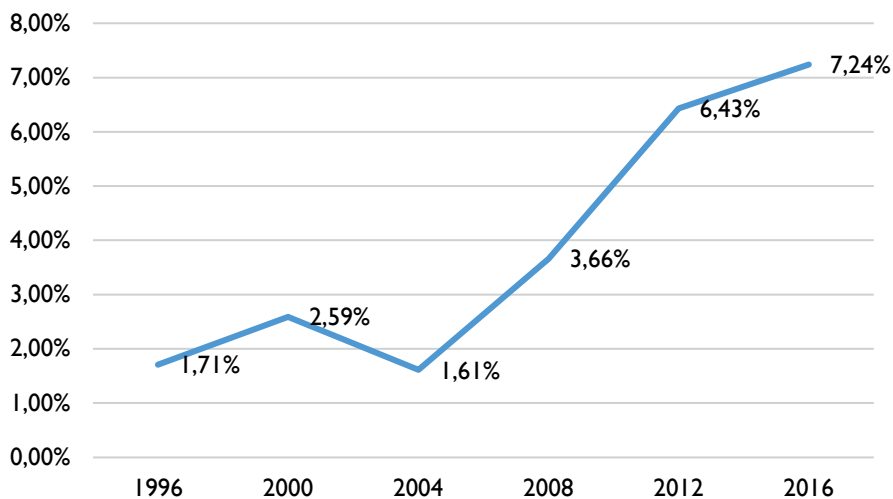
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 46 – Desempenho do PSB nas eleições municipais de 1996 a 2016

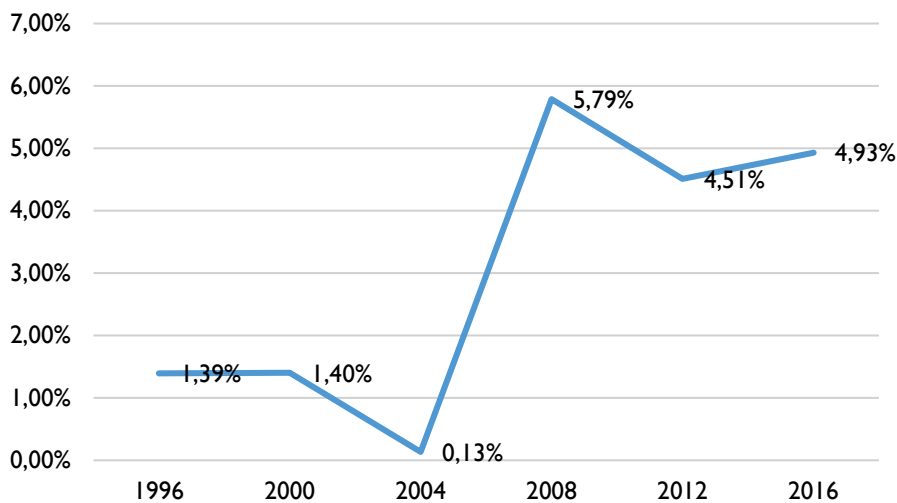
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 47 – Desempenho do PV nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 48 – Desempenho do PSC nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 49 – Desempenho do PR nas eleições municipais de 1996-2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

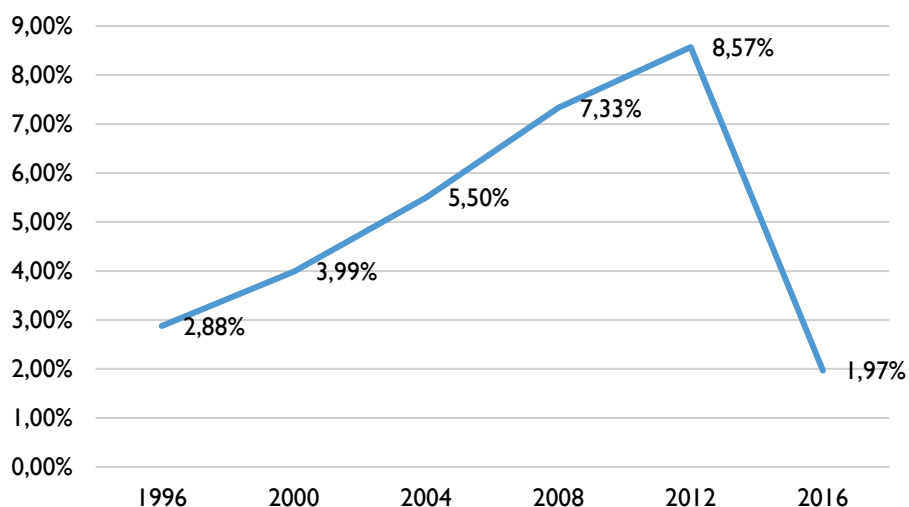
O PT, conforme Gráfico 50, que sofreu forte influência dos anos em que o partido esteve em evidência no governo federal, estava em ascensão, foi de 27 vereadores eleitos em 1996 a 76 nas eleições municipais de 2012. Nas eleições municipais de 2016, fica claro o impacto direto nos municípios do processo de impeachment sofrido pela presidenta eleita pelo PT e das recorrentes denúncias de corrupção.

O Gráfico 51 demonstra o desempenho do PRP vindo desde as eleições municipais de 1996 até as de 2016. O partido chegou a eleger 20 vereadores em seu melhor período, nas eleições de 2000, e em 2016 conquistou apenas quatro cadeiras nos municípios estudados. Atingido pela última minirreforma eleitoral, nas eleições de 2020 teve sua fusão com o Patriotas homologada pelo TSE.

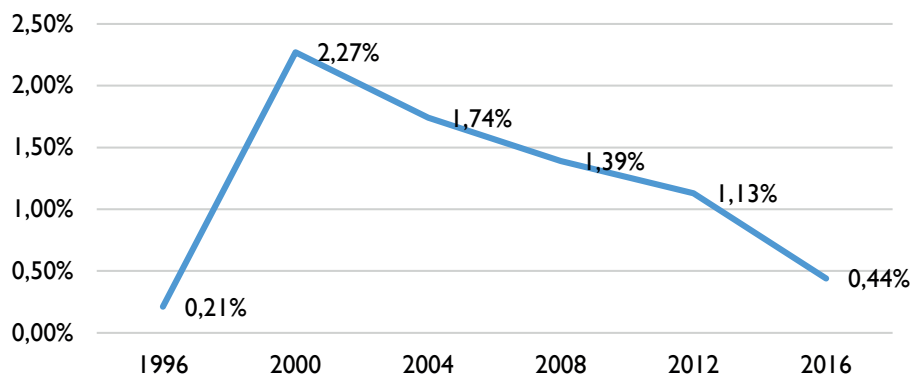
O Gráfico 52 mostra que o PSL teve seu melhor desempenho em 2004, com 30 cadeiras conquistadas, mas depois entrou em declínio, até a eleição do presidente da república em 2018, que modificou este quadro.

O desempenho do PPS/Cidadania nas eleições municipais de 1996 a 2016, conforme se verifica no Gráfico 53, foi um partido que começou em 1996 elegendo apenas cinco vereadores, dando um salto para 51 nas eleições seguintes e entre altos e baixos manteve certa estabilidade.

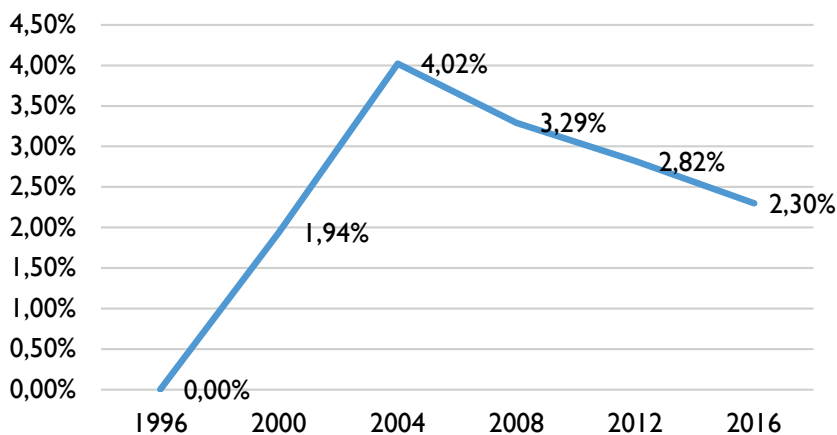
Gráfico 50 – Desempenho do PT nas eleições municipais de 1996 a 2016



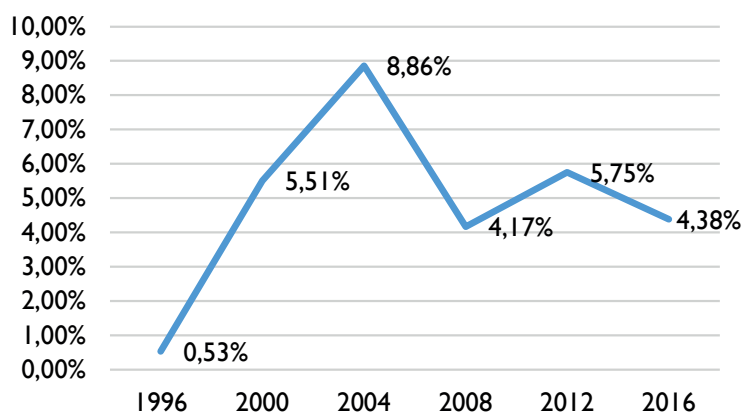
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 51 – Desempenho do PRP nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

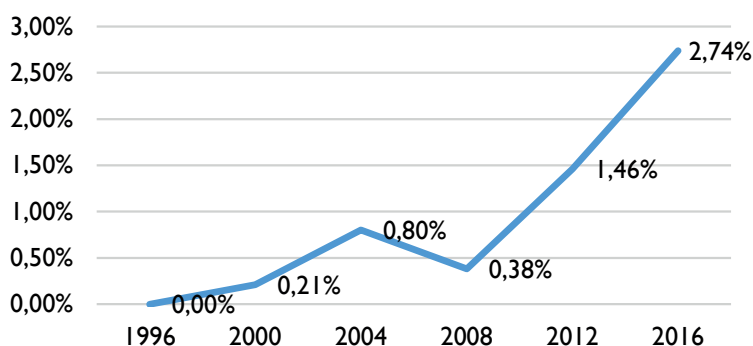
Gráfico 52 – Desempenho do PSL nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 53 – Desempenho do Cidadania nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

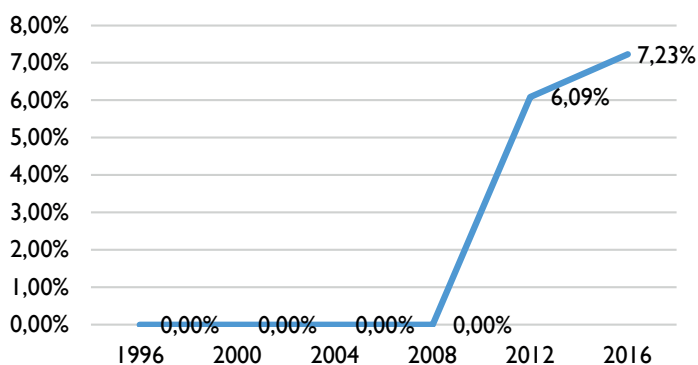
O Gráfico 54 irá demonstrar o desempenho do PHS nas eleições municipais de 1996 a 2016, que sempre obteve um desempenho baixo, mas a partir das eleições de 2012 mostrou um crescimento que se sustentou e se ampliou nas eleições de 2016, até que foi afetado pela última minirreforma eleitoral, e por isso está em processo de discussão com outros partidos sua incorporação ou fusão.

Gráfico 54 – Desempenho do PHS nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

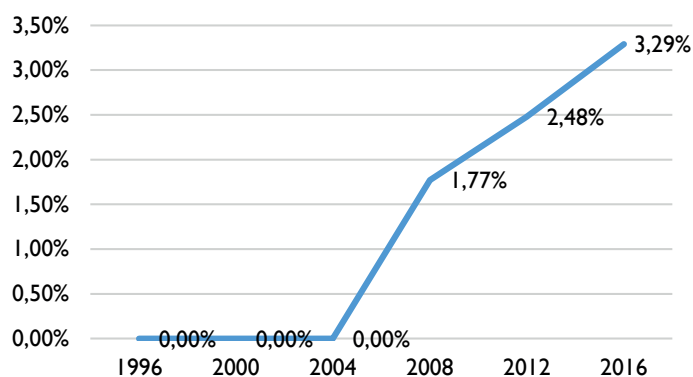
O caso dos partidos PSD e PRB/Republicanos, que apareceram na metade do período estudado, conforme Gráficos 55 e 56, respectivamente. Estes partidos demonstraram um crescimento até o momento consistente, merecendo destaque pelo desempenho demonstrado nas poucas eleições que concorreram.

Gráfico 55 – Desempenho do PSD nas eleições municipais de 1996 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 56 – Desempenho do Republicanos nas eleições municipais de 1996 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A mudança legislativa da minirreforma eleitoral, que introduziu a cláusula de barreira, irá levar para as próximas eleições uma pequena redução no número de partidos em disputa. A interrupção forçada da democracia produzida pelo Golpe Militar prejudicou

seu desenvolvimento, influenciando indiretamente até a própria fragmentação partidária.

O índice de fragmentação exposto no período anterior será repetido na Tabela 5, que demonstrará a fragmentação partidária nas Câmaras Municipais no período de 1996 a 2016.

Quanto mais próximo do número 1, maior a fragmentação da Câmara Municipal, e quanto mais próximo de zero, menor o índice de fragmentação na Câmara Municipal.

Tabela 5 – Índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais, período de 1996 a 2016.

Município/Eleições	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Abatiá	0,33	0,44	0,77	0,77	0,88	0,88
Almirante Tamandaré	0,45	0,61	0,81	0,81	0,8	0,86
Andirá	0,55	0,54	0,55	0,55	0,66	0,66
Antonina	0,36	0,45	0,66	0,77	0,45	0,66
Apucarana	0,52	0,52	0,63	0,75	0,72	0,63
Arapongas	0,4	0,53	0,6	0,63	0,53	0,6
Araucária	0,46	0,52	0,72	0,81	0,72	0,9
Assaí	0,36	0,63	0,66	0,55	0,66	0,55
Bandeirantes	0,3	0,61	0,66	0,55	0,76	0,61
Bela Vista do Paraíso	0,45	0,72	0,66	0,77	0,77	0,88
Bocaiuva do Sul	0,33	0,66	0,77	0,55	0,66	0,77
Cambará	0,36	0,54	0,55	0,55	0,77	0,77
Cambé	0,27	0,46	0,6	0,6	0,7	0,6
Campo Largo	0,69	0,6	0,81	0,63	0,81	0,72
Campo Mourão	0,26	0,52	0,6	0,6	0,53	0,72
Carlópolis	0,44	0,44	0,44	0,44	0,66	0,77
Castro	0,46	0,66	0,88	0,5	0,9	0,69
Cerro Azul	0,33	0,55	0,44	0,66	0,66	0,77
Clevelândia	0,66	0,66	0,55	0,6	0,55	0,88
Colombo	0,53	0,52	0,92	0,84	0,52	0,64
Congoinhas	0,33	0,55	0,77	0,55	0,77	0,66
Cornélio Procópio	0,4	0,46	0,55	0,55	0,9	0,69
Curitiba	0,2	0,28	0,31	0,34	0,42	0,5
Curiuva	0,44	0,44	0,66	0,33	0,44	0,55
Foz do Iguaçu	0,38	0,42	0,71	0,6	0,73	0,66

[continua na próxima página]

Tabela 5 – Continuação

Município/Eleições	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Guarapuava	0,38	0,52	0,5	0,66	0,61	0,57
Guaraqueçaba	0,55	0,77	0,55	0,55	0,77	0,77
Guaratuba	0,45	0,46	0,66	0,77	0,69	0,61
Ibaiti	0,36	0,54	0,77	0,66	0,77	0,66
Ibiporã	0,45	0,54	0,55	0,77	0,77	0,54
Imbituva	0,45	0,54	0,66	0,55	0,65	0,65
Ipiranga	0,44	0,55	0,77	0,66	0,77	1
Irati	0,38	0,46	0,6	0,7	0,6	0,7
Jacarezinho	0,38	0,46	0,33	0,44	0,66	0,66
Jaguapitã	0,55	0,44	0,55	0,55	0,44	0,55
Jaguariaiva	0,45	0,45	0,66	0,55	0,76	0,92
Jataizinho	0,33	0,66	0,55	0,55	0,77	1
Joaquim Tavora	0,33	0,55	0,55	0,55	0,88	0,66
Jundiaí do Sul	0,55	0,44	0,77	0,66	0,66	0,77
Lapa	0,46	0,53	0,77	0,88	0,88	0,55
Laranjeiras do Sul	0,46	0,61	0,77	0,55	0,61	0,84
Londrina	0,52	0,57	0,5	0,57	0,84	0,73
Mallet	0,33	0,55	0,66	0,77	0,66	0,77
Mandaguari	0,45	0,72	0,77	0,55	0,77	0,77
Mangueirinha	0,45	0,54	0,55	0,61	0,63	0,72
Morretes	0,22	0,5	1	0,77	0,72	0,72
Palmas	0,36	0,54	0,44	0,66	0,53	0,69
Palmeira	0,54	0,63	0,77	0,77	0,88	0,77
Paranaguá	0,52	0,57	0,63	0,63	0,64	0,78
Piraí do Sul	0,45	0,54	0,66	0,77	0,77	0,88
Piraquara	0,46	0,38	0,7	0,7	0,72	0,69
Pitanga	0,4	0,53	0,66	0,55	0,53	0,69
Ponta Grossa	0,42	0,57	0,66	0,6	0,66	0,71
Porecatu	0,44	0,55	0,66	0,66	0,66	0,66
Porto Amazonas	0,55	0,66	0,66	0,88	0,88	0,66
Prudentópolis	0,61	0,61	0,77	0,77	0,69	0,53
Quatiguá	0,22	0,44	0,77	0,77	0,66	0,77
Rebouças	0,55	0,77	0,66	0,55	0,66	0,88
Reserva	0,45	0,45	0,66	0,88	0,9	0,63
Ribeirão Claro	0,44	0,66	0,66	0,88	0,77	0,77

[continua na próxima página]

Tabela 5 – Continuação

Município/Eleições	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Ribeirão do Pinhal	0,55	0,66	0,88	0,66	0,88	0,77
Rio Azul	0,55	0,55	0,66	0,77	0,88	1
Rio Branco do Sul	0,66	0,55	0,77	0,88	0,81	0,81
Rio Negro	0,3	0,46	0,33	0,55	0,44	0,77
Rolândia	0,38	0,46	0,5	0,6	0,7	0,5
Santa Mariana	0,44	0,55	0,55	0,55	0,77	0,66
Santo Antônio da Platina	0,46	0,3	0,55	0,55	0,77	0,66
São Jerônimo da Serra	0,55	0,55	0,55	0,66	0,88	0,66
São João do Triunfo	0,44	0,66	0,44	0,66	0,77	0,88
São José dos Pinhais	0,33	0,33	0,46	0,44	0,52	0,52
São Mateus do Sul	0,5	0,5	0,66	0,77	0,77	0,66
Sengés	0,55	0,54	0,77	0,55	0,54	0,81
Sertanópolis	0,44	0,66	0,66	0,88	0,55	0,77
Siqueira Campos	0,44	0,6	0,77	0,66	0,66	0,77
Teixeira Soares	0,66	0,66	0,77	0,88	0,88	0,77
Tibagi	0,44	0,55	0,77	0,55	0,77	0,66
Tomazina	0,6	0,5	0,77	0,66	0,77	0,55
União da Vitória	0,53	0,53	0,7	0,6	0,69	0,53
Uraí	0,44	0,66	0,77	1	0,77	0,77
Wenceslau Braz	0,63	0,54	0,77	0,77	0,88	0,77

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A evolução desta fragmentação é visível neste segundo período estudado, sua comparação com o período anterior será analisada no próximo capítulo.

Comparativo dos 80 municípios nos dois períodos

Os partidos sentiram este impacto mesmo nos países em que eram mais fortes e organizados. Sentiram o surgimento de movimentos, organizações não governamentais que começaram a apontar outras soluções e caminhos para pressionar o estado, como o movimento ambientalista. Caminhos que não fossem exclusivamente

pelos partidos. Os partidos perderam a condição de condutores exclusivos da sociedade, este movimento contou com apoio de setores que queriam mais liberdade para agir e menos influência dos partidos. Percebe-se este movimento no mercado de trabalho. A flexibilização dos direitos trabalhistas foi um dos primeiros efeitos deste novo momento (Bauman, 1999). Alguns movimentos se institucionalizam, nem sempre na forma de partidos políticos, podendo constar como organizações não governamentais, associações ou movimentos que com o uso da internet ganham maior liberdade para pressionar governos e os próprios partidos políticos.

Esta tendência da modernidade reflete na política no próprio enfraquecimento do Estado:

Em vez de cerrar fileiras na guerra contra a incerteza, praticamente todos os agentes institucionalizados eficientes de ação coletiva juntam-se ao coro neoliberal para louvar como “estado natural da humanidade” as “forças livres do mercado” e o livre comércio, fontes primordiais da incerteza existencial, e insistem na mensagem de que deixar livres as finanças e o capital, abandonando todas as tentativas de frear ou regular os seus movimentos, não é uma opção política dentre outras, mas um ditame da razão e uma necessidade. (Bauman, 2000, 36)

Estes fatores somados com as características da modernidade, refletiram também na política e tornaram os partidos mais frágeis, fato que ficará mais evidente ao comparar os resultados dos dois períodos históricos. O índice de fragmentação partidária nos períodos históricos demonstra como os partidos foram perdendo a exclusividade da representação da sociedade na relação com o governo, além de demonstrar um aumento da diversidade partidária. A multiplicação de partidos enfraqueceu a relação de preponderância do partido sobre o filiado.

A opção em observar esta fragmentação partidária pelo âmbito da estrutura organizacional do município foi, no sentido descrito por Bauman, de que:

A política, por outro lado, continua sendo, como antes, um assunto essencialmente local – e uma vez que a linguagem da política é a única em que podemos falar de curas e remédios para as misérias e

preocupações comuns, a tendência natural da classe política é buscar explicações e tratamento numa área próxima ao território doméstico da experiência cotidiana. (Bauman, 2000, 57)

No município em que a política começa e os partidos possuem sua base de organização, a experiência democrática não começa no parlamento, mas próxima do cidadão:

Em primeiro lugar, somente se o indivíduo tiver a oportunidade de participar de modo direto no processo de decisão e na escolha de representantes nas áreas alternativas é que, nas modernas circunstâncias, ele pode esperar ter qualquer controle real sobre o curso de sua vida ou sobre o desenvolvimento do ambiente em que ele vive. (Pateman, 1992, 145-6)

A participação da política começa no município, no desenvolvimento da democracia local. Por meio do processo de aumento da fragmentação nas Câmaras Municipais, fica evidente a perda da hegemonia das organizações partidárias e o aumento da força de candidatos individuais ou grupos políticos que se sobrepõem aos próprios partidos.

As eleições municipais de 1968, 1972 e 1976 correspondem às eleições do período autoritário, e nestas prevaleceu o bipartidarismo forçado. De acordo com os requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas, não tínhamos garantias institucionais para formular preferências, exprimir preferências ou ainda para ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo (Dahl, 2015).

Também tendo como referência os estudos de modelos de democracia de Arend Lijphart, entre os quais há um estudo sobre 36 democracias até meados de 1996 que o Brasil não era considerado um país democrático, pois não havia plena liberdade de aderir a uma sigla, ter direito de fazer oposição, havia uma interferência do estado na organização, na vida partidária e principalmente nas campanhas partidária para as eleições (Lijphart, 2003).

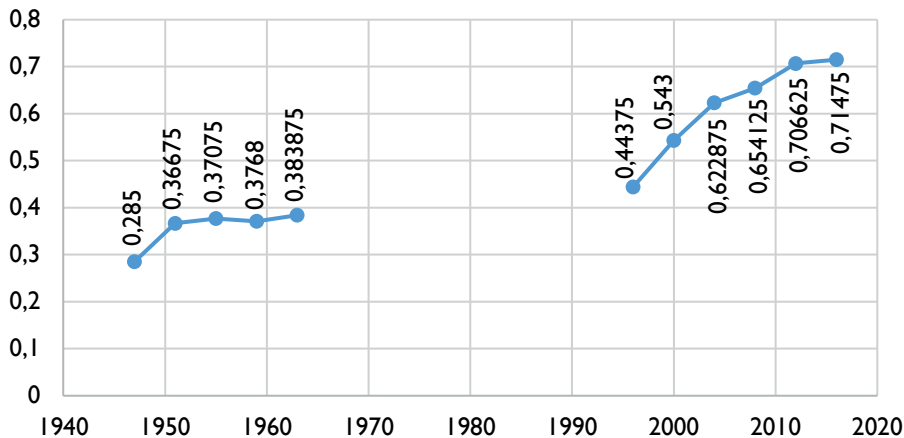
Tampouco havia democracia, de acordo com a definição mínima de democracia de Norberto Bobbio (1992) – decisões tomadas com base em regras pela maioria, com o respeito aos direitos da minoria, das garantias individuais e respeito as regras do jogo. Tendo estes parâmetros descritos, é possível afirmar que existia eleições municipais, mas não havia democracia. Com relação às eleições de 1982,

1988 e 1992, pode-se considerar que constam em um período de transição lenta e gradual para a democracia.

No final de 1988, a Constituição democrática foi aprovada e uma nova lei dos Partidos Políticos surgiu somente em 1995, aprovada em plena vigência de um regime democrático, e por este motivo foi feita a comparação dos dois períodos estudados de 1947 a 1963 e de 1996 a 2016, refletindo a fragmentação nos 80 municípios do Paraná nos dois momentos históricos.

O fator agravante na aceleração da fragmentação pode estar ligado à interrupção do curso do desenvolvimento dos partidos políticos, ocorrida em 1964, que desestabilizou e extinguiu os partidos políticos. Os partidos não conseguiram se organizar na clandestinidade durante este longo período com uma interferência forte do poder central na liberdade de organização dos partidos mesmo durante o período de transição.

Gráfico 57 – Fragmentação partidária nas Câmaras Municipais



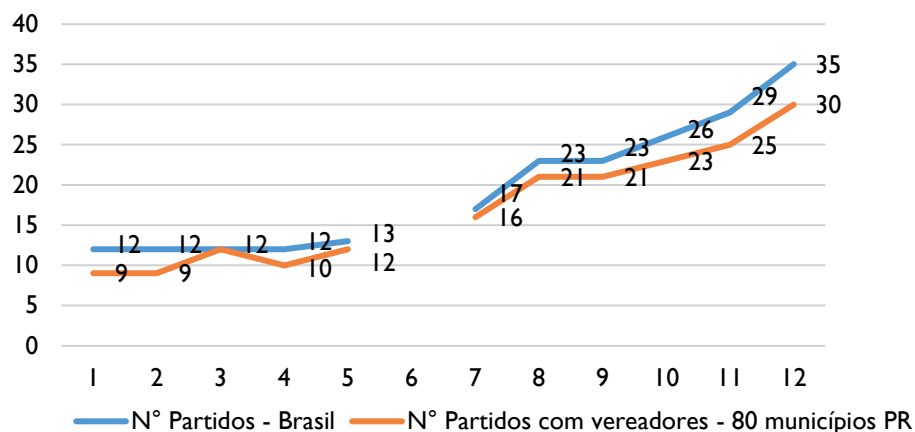
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Pode-se afirmar, pelo resultado da pesquisa nos municípios paranaenses, que os partidos sofreram influência e perderam um momento histórico de se construírem e se fortalecerem, antes do aprofundamento dos efeitos da modernidade líquida. Durante o regime militar, outras organizações sociais tomaram a frente para expor reivindicações e abrir um canal para pressionar os governos nas esferas municipais e estaduais.

Estes outros movimentos e organizações foram os sindicatos, comunidades eclesiais de base, associações de moradores, centros acadêmicos, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), organizações de defesa do meio ambiente, outros grupos e organizações da sociedade civil. Todos foram palcos para os cidadãos, para as pessoas comuns, começarem a se considerar como sujeitos de direitos e deveres diante da Administração Pública (Leal e Castro, 2013).

O Gráfico 58 mostra a relação do total de partidos em cada eleição com os partidos que conquistaram vagas nos 80 municípios estudados.

Gráfico 58 – Relação dos partidos registrados por partidos com cadeiras



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Os partidos políticos neste novo momento perderam a exclusividade como canal de comunicação com a sociedade. A redemocratização chegou tarde aos partidos que demoraram a se organizar. Após o rompimento da estrutura jurídica autoritária (Schier, 2002) e o surgimento de novos valores como parte do ordenamento jurídico, os partidos já não eram mais os únicos canais de expressão de reivindicações.

O reflexo deste enfraquecimento dos partidos pode ser percebido já que, dos 35 partidos registrados no TSE, 30 partidos elegeram vereadores nos 80 municípios paranaenses pesquisados nas eleições municipais de 2016.

Já no período de 1945 a 1959, 12 partidos sempre estiveram presentes no Brasil, mas apenas em 1963 o país passou a ter 13 partidos regulares, dos quais 12 partidos elegeram vereadores.

A redemocratização com os primeiros governos civis, após a queda dos governos militares, trouxe juntamente com a abertura política, a abertura econômica, e, por fim, a globalização influenciou a sociedade e os partidos que começaram a se organizar foram abalados pela própria velocidade das mudanças. Estes fatores afetaram a própria sociedade democrática:

A luta pelo poder nas sociedades democráticas atuais passa pela política midiática, pela política do escândalo e pela autonomia comunicativa dos cidadãos. Por um lado, a digitalização de toda a informação e a interconexão modal das mensagens criaram um universo midiático no qual estamos permanentemente imersos. (Castells, 2017, 26)

Esta aceleração trazida pela tecnologia fez com que a comunicação e as informações fossem afetadas e se expandissem em uma velocidade inimaginável no período de 1945 a 1963.

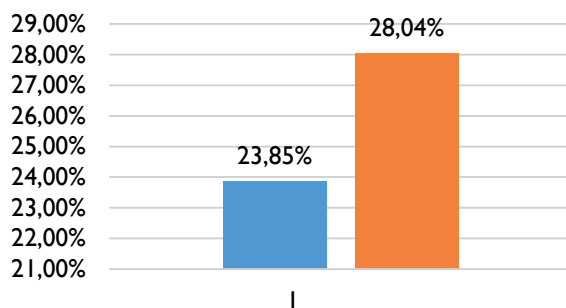
Durante o período autoritário, até o surgimento da Lei 9.096/1995, os partidos foram fortemente tutelados pelo estado, e do período de transição até hoje, foram tutelados pela Justiça Eleitoral: “As normas oficiais constituem um limite que permite o cotejamento entre o funcionamento partidário formalmente previsto e a dinâmica real da organização, avaliável por meio de outros métodos” (Ribeiro, 2013, 229). Esta tutela excessiva impediu uma adaptação ao momento da modernidade. Além da dificuldade da própria realidade dos efeitos da modernidade, a forte regulamentação formal prejudicou os partidos, uma regulamentação sem critérios que garantissem e valorizassem princípios para uma democracia interna dos partidos, mas que regulamentassem fortemente uma estrutura formal.

O partido moderno acabaria tornando-se, em consequência, um fim em si mesmo, organizando-se ao redor de propósitos e interesses próprios, o que resultaria na separação entre elite dirigente e classe que o representa. (Braga, 2012, 86)

Esta situação do partido se tornar um fim em si mesmo não o protegeu dos efeitos da modernidade, o que acarretou em seu enfraquecimento e em sua acentuada fragmentação.

Um outro índice estudado é o índice de retorno, que mediu nos municípios o percentual de candidatos que após participar de uma eleição retornava nas eleições seguintes. No item anterior vimos isoladamente em cada região, nos períodos de 1947 a 1963 e de 1996 a 2016, e concluímos que este índice de retorno é, nos dois períodos estudados, muito próximo.

Gráfico 59 – Média do índice de retorno nas eleições municipais

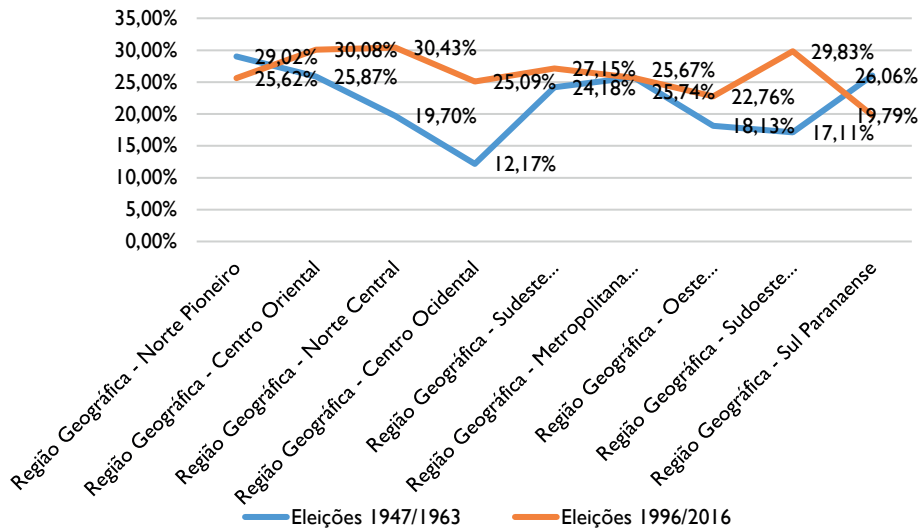


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Com base nestes resultados, desmistifica-se a ideia de que não haja interesse pela política, o interesse das pessoas pela política não diminuiu, os candidatos continuam a concorrer em um patamar semelhante nos dois períodos eleitorais. As pessoas acreditam ainda na democracia, de tal forma que “as eleições regulares são um desses arranjos e continuam a ser o grande alicerce da política democrática” (Runciman, 2018, 10).

Comparando o desempenho por região geográfica, demonstrada no Gráfico 60 a seguir, pode-se notar que as pessoas continuam a ter interesse e retornam a colocar seus nomes à disposição dos partidos em percentual semelhante, tanto no período de 1996 a 2016, como no primeiro período de 1947 a 1963. O interesse por participar da política aumentou em seis das nove regiões geográficas do Paraná.

As Tabelas de 6 a 14 vão trazer a comparação em cada uma das nove regiões geográficas do Paraná.

Gráfico 60 – Índice de retorno, média por região geográfica do Paraná

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 6 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica centro oriental

Região geográfica centro oriental	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Castro	29,36%	27,57%
Jaguariaiva	16,38%	25,06%
Palmeira	28,57%	33,81%
Piraí do Sul	31,71%	24,65%
Ponta Grossa	24,42%	21,70%
Reserva	27,38%	29,57%
Sengés	32,05%	32,74%
Tibagi	45,56%	45,56%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 7 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica oeste paranaense

Região geográfica oeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Foz do Iguaçu	18,13%	22,76%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 8 – Índice de Retorno dos candidatos da região geográfica centro ocidental

Região geográfica centro ocidental	Eleições: 1947/1963	Eleições: 1996/2016
Campo Mourão	12,17%	25,09%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 9 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica norte pioneiro

Região geográfica norte pioneiro	Eleições: 1996-2016	Eleições: 1947-1963
Abatiá	33,15%	30,69%
Andirá	25,51%	28,87%
Assaí	31,89%	23,53%
Bandeirantes	20,37%	28,06%
Cambará	29,73%	25,68%
Carlópolis	32,59%	35,29%
Congoinhas	35,05%	21,11%
Cornélio Procópio	26,54%	26,21%
Curiuva	29,17%	18,18%
Ibaiti	33,70%	26,19%
Jacarezinho	25,63%	20,77%
Jataizinho	28,72%	29,57%
Joaquim Tavora	29,68%	27,10%
Jundiá do Sul	24,84%	27,59%
Quatiguá	31,18%	30,26%
Ribeirão Claro	27,90%	30,49%
Ribeirão do Pinhal	30,91%	20,59%
Santa Mariana	34,18%	25,26%
Santo Antônio da Platina	25,10%	22,31%
São Jerônimo da Serra	24,41%	14,65%
Siqueira Campos	28,80%	29,06%
Tomazina	32,37%	25,26%
Uraí	28,53%	24,44%
Wenceslau Braz	26,28%	23,64%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 10 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica sul paranaense

Região geográfica sul paranaense	Eleições: 1996-2016	Eleições: 1947-1963
Guarapuava	24,46%	23,04%
Laranjeiras do Sul	21,87%	18,10%
Pitanga	31,86%	18,23%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 11 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica sudoeste paranaense

Região geográfica sudoeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Mangueirinha	26,67%	28,51%
Palmas	12,60%	26,81%
Clevelândia	12,07%	34,16%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 12 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica norte central

Região geográfica norte central	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Apucarana	14,90%	31,30%
Arapongas	18,68%	28,50%
Bela Vista do Paraíso	16,55%	33,13%
Cambé	19,08%	29,60%
Ibiporã	23,45%	28,86%
Jaguapitã	15,38%	35,54%
Londrina	22,51%	28,46%
Mandaguari	22,03%	29,18%
Porecatu	17,78%	29,18%
Rolândia	24,48%	29,98%
Sertãozinho	21,87%	31,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 13 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica metropolitana de Curitiba

Região geográfica metropolitana de Curitiba	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Almirante Tamandaré	25,00%	29,32%
Antonina	23,85%	27,61%
Araucária	22,39%	24,64%
Bocaiuva do Sul	19,11%	26,26%
Campo Largo	24,49%	27,82%
Cerro Azul	32,88%	22,99%
Colombo	16,00%	23,30%
Curitiba	15,95%	19,22%
Guaraqueçaba	22,73%	30,57%
Guaratuba	31,87%	25,00%
Lapa	24,49%	25,66%
Morretes	30,59%	29,90%
Paranaguá	24,56%	21,75%
Piraquara	35,21%	22,71%
Porto Amazonas	27,78%	31,69%
Rio Branco do Sul	34,18%	22,85%
Rio Negro	20,63%	30,66%
São José dos Pinhais	31,25%	20,03%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 14 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica do sudeste paranaense

Região geográfica sudeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Imbituva	27,85%	28,76%
Ipiranga	30,88%	24,30%
Irati	15,58%	25,63%
Mallet	25,00%	29,59%
Prudentópolis	25,74%	26,47%
Rebouças	24,73%	24,42%
Rio Azul	23,91%	24,16%
São João do Triunfo	21,11%	28,23%

[continua na próxima página]

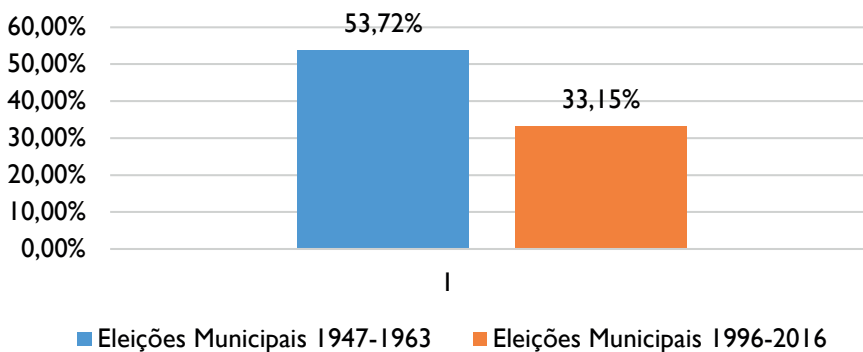
Tabela 14 – Continuação

Região geográfica sudeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
São Mateus do Sul	25,00%	30,58%
Teixeira Soares	26,25%	30,55%
União da Vitória	19,91%	26,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

No Gráfico 61, o índice de permanência dos filiados no partido teve um percentual diferente nos períodos de 1947 a 1963 e de 1996 a 2016, sendo um dos possíveis efeitos ou consequências da mudança apresentada na modernidade, na qual há o imediatismo do filiado-candidato, que prioriza a possibilidade imediata de ser eleito em uma eleição do que a construção do partido político para participação de eleições futuras.

O Gráfico 61 deixa claro os efeitos nos partidos políticos da preponderância do conceito de indivíduo sobre o conceito de cidadão. O imediatismo dos indivíduos, a busca pelo novo e as novas tecnologias de comunicação não refletiram em uma abertura maior dos partidos políticos para a sociedade.

Gráfico 61 – Índice de permanência média dos candidatos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A maior parte das direções partidárias mantiveram com rigor e mão firme o controle dos partidos, as novas tecnologias não serviram para o desenvolvimento da democracia interna dos partidos

políticos. Este fator gerou reflexo na fidelidade partidária, o fato de que, no período de 1947 a 1963, 53,72% dos candidatos que concorreram a mais de uma eleição nos 80 municípios paranaenses mantiveram-se em um mesmo partido, enquanto no período de 1996 a 2016 este percentual foi bem menor, permanecendo em torno de 33,15%.

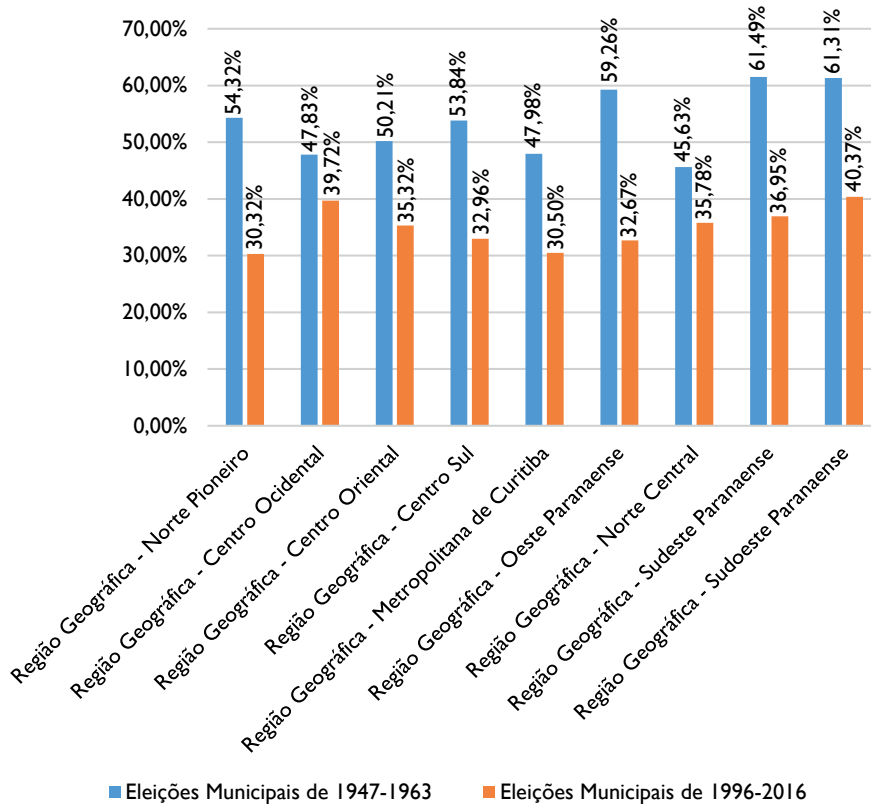
O Gráfico 62 explicita a média por região do índice de permanência dos candidatos filiados que concorreram a mais de uma eleição e permaneceram no mesmo partido. A comparação entre os dois períodos históricos demonstra o aumento do desapego, da falta de confiança e de espaço nos partidos políticos.

Percebe-se melhor o reflexo destas médias quando se analisa mais de perto o reflexo em cada região geográfica. Dos 80 municípios estudados nesta pesquisa, apenas nove tiveram um índice de permanência maior no período de 1996 a 2016. Os Gráficos 64 a 72 e as Tabelas 16 a 24 trazem o resultado detalhado de toda a pesquisa realizada por região.

Estes resultados refletem a mudança ocorrida na sociedade. Pode-se identificar dois problemas no momento em que a modernidade modificava rapidamente, o meio e a forma como as informações são transmitidas e se propagam na sociedade. Neste sentido a institucionalização do sistema partidário caminhou em sentido inverso da realidade, os partidos viveram um paradoxo entre autonomia e interferência estatal.

O problema central do desenvolvimento político é, porém, a institucionalização de um sistema partidário – mesmo que isto se dê de maneira camuflada, como a institucionalização de facções e normas de convivência dentro de um partido único ou dominante, de modo a assegurar tanto a estabilidade e efetividade da função de governar quanto o vigor e autenticidade da função de representar interesses diversos. (Sousa, 1976, 50)

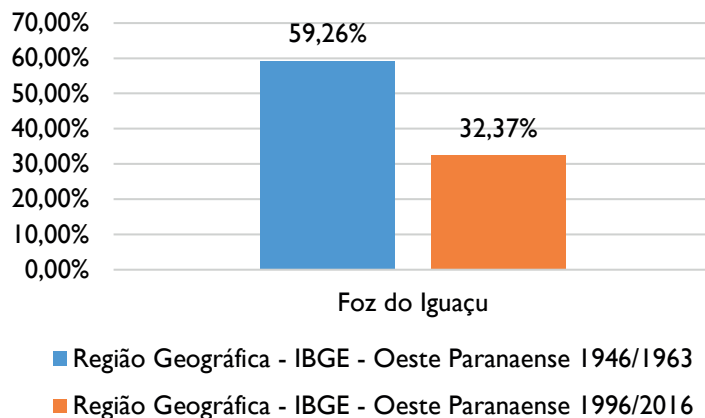
Gráfico 62 – Índice de permanência dos candidatos das regiões geográficas do Paraná



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

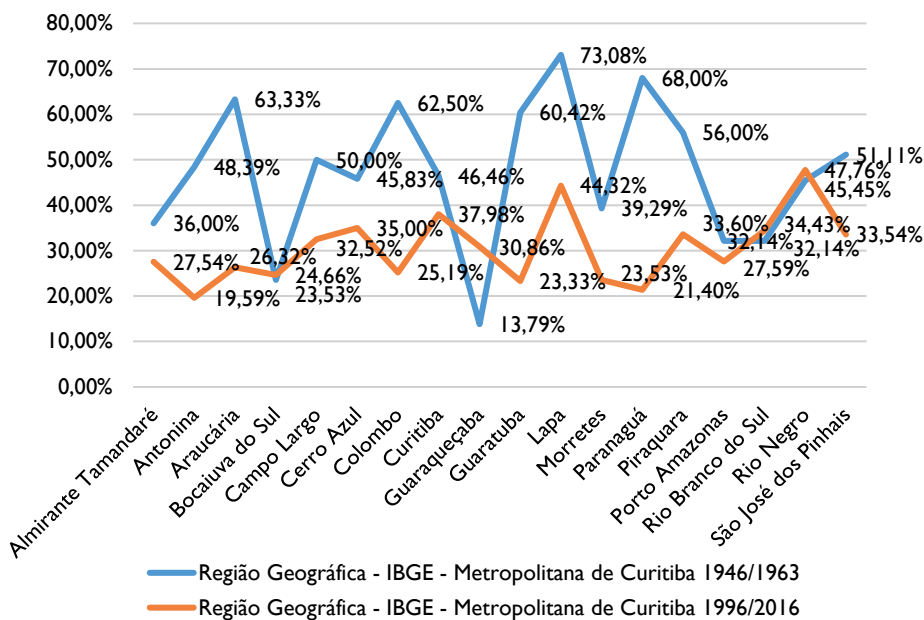
Os valores que vigiam na sociedade durante a modernidade sólida refletiam melhor o apresentado por Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza (1976), mas, ao pesquisar as instituições partidárias municipais, foi possível constatar esta fragilidade, uma distância entre o que é e o que deveria ser uma instituição partidária, a falta de coesão e permanência nos partidos deixa esta situação bem evidente.

Gráfico 63 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



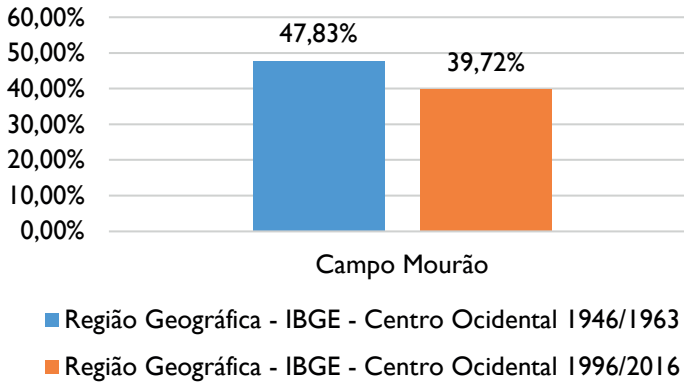
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 64 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



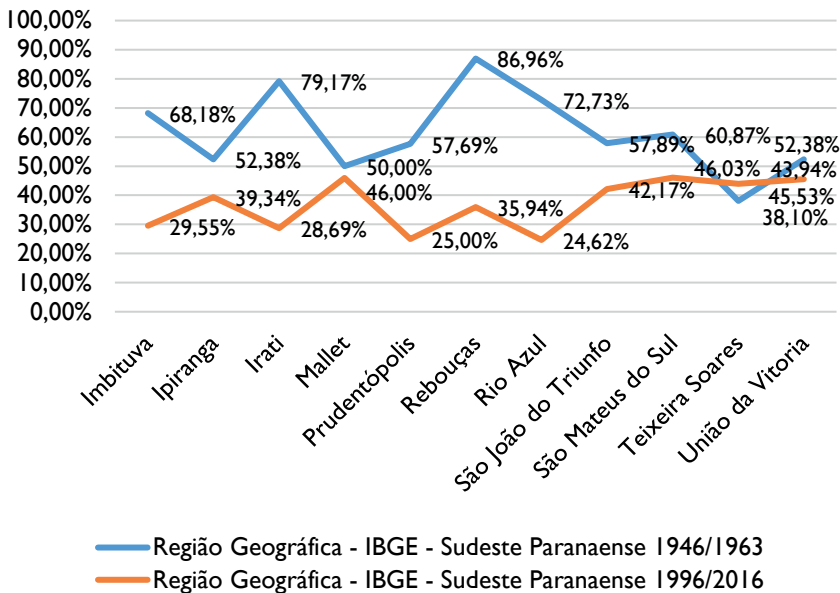
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 65 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



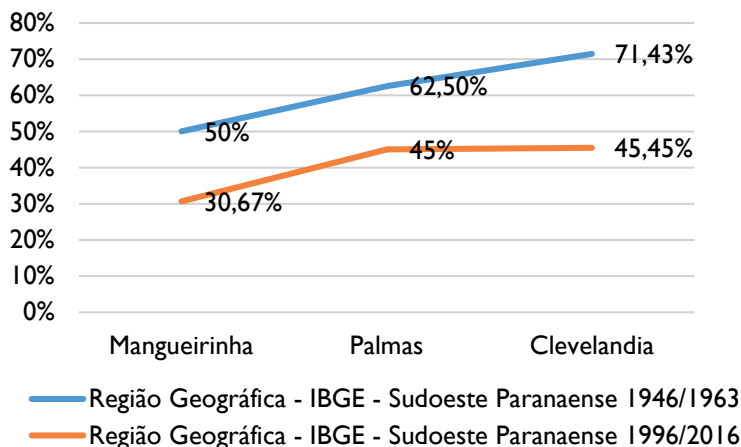
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 66 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



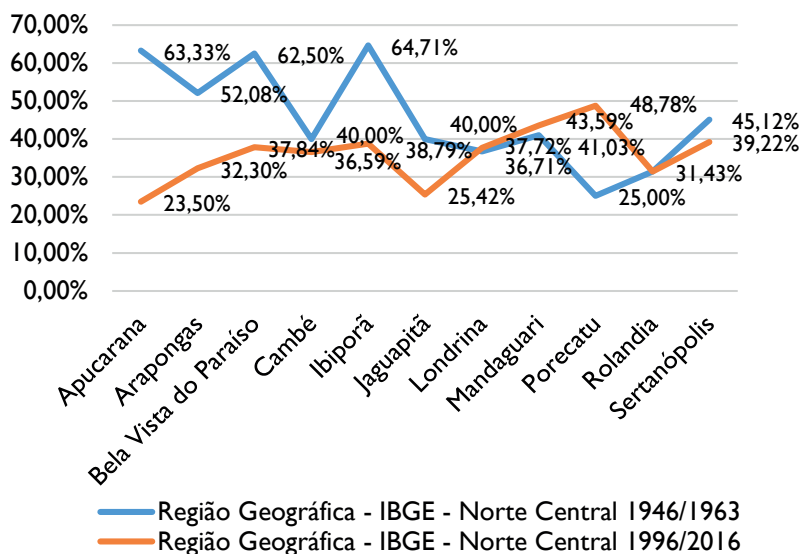
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 67 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



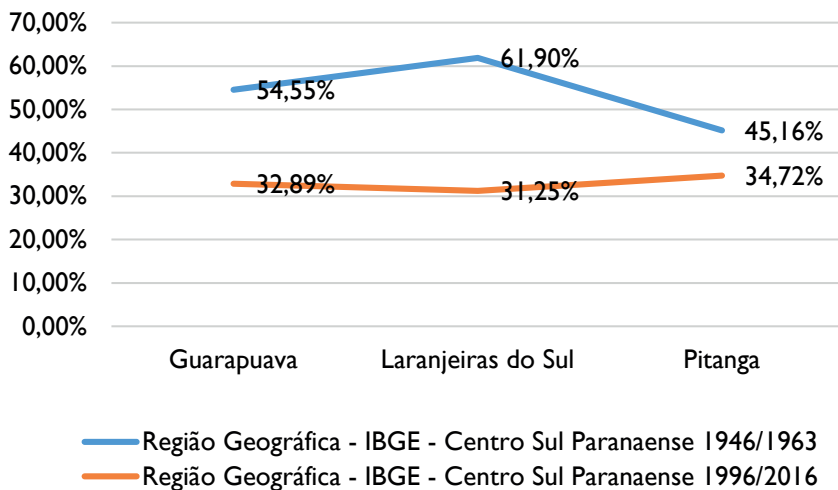
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 68 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



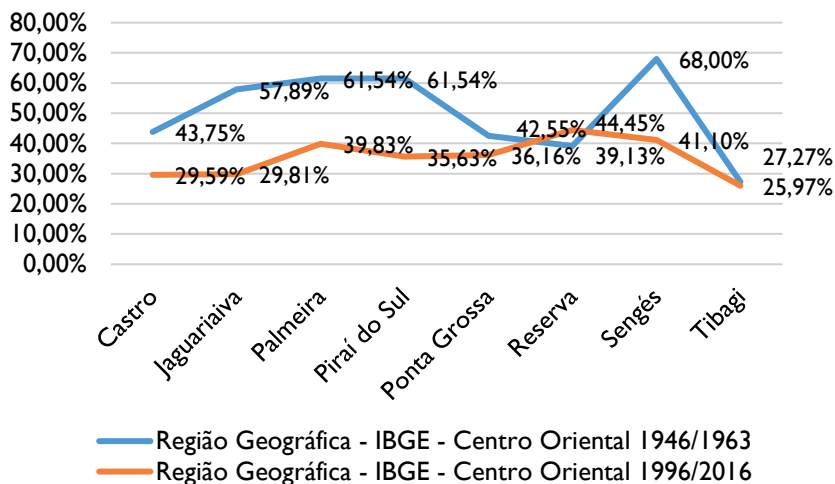
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 69 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido

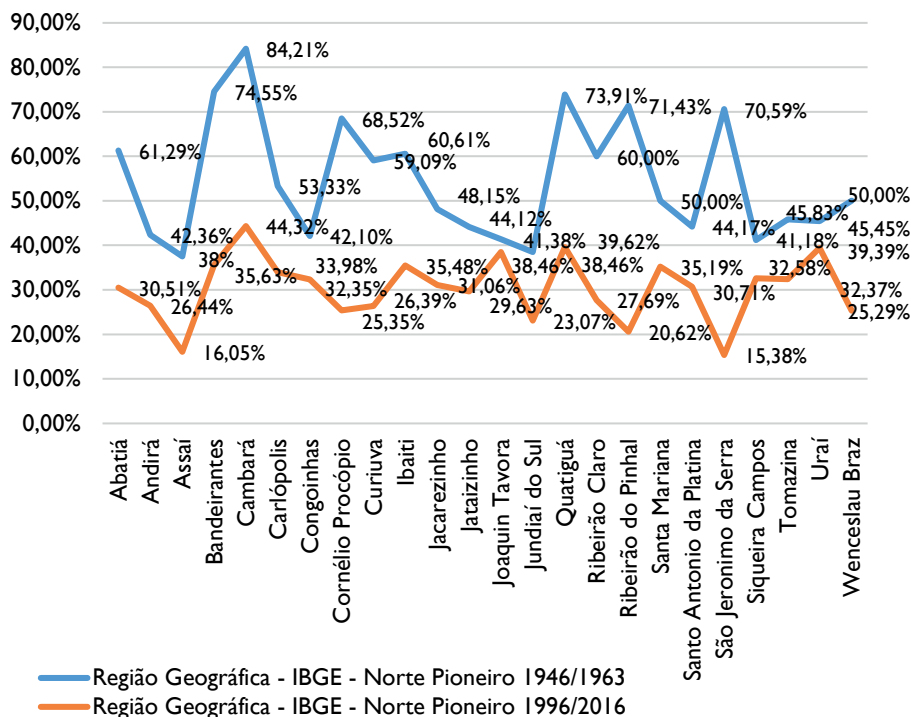


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 70 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 71 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

As Tabelas 15 a 23 mostram o índice de permanência nos dois períodos estudados e por região geográfica.

Tabela 15 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica do norte pioneiro

Região geográfica norte pioneiro	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Abatiá	61,29%	30,51%
Andirá	42,86%	26,44%
Assaí	37,50%	16,05%
Bandeirantes	74,55%	35,63%
Cambará	84,21%	44,32%
Carlópolis	53,33%	33,98%

[continua na próxima página]

Tabela 15 – Continuação

Região geográfica norte pioneiro	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Congoinhas	42,10%	32,35%
Cornélio Procópio	68,52%	25,35%
Curiuva	59,09%	26,39%
Ibaiti	60,61%	35,48%
Jacarezinho	48,15%	31,06%
Jataizinho	44,12%	29,63%
Joaquim Tavora	41,38%	38,46%
Jundiá do Sul	33,33%	23,07%
Quatiguá	73,91%	39,62%
Ribeirão Claro	60,00%	27,69%
Ribeirão do Pinhal	71,43%	20,62%
Santa Mariana	50,00%	35,19%
Santo Antônio da Platina	55,17%	30,71%
São Jerônimo da Serra	70,59%	15,38%
Siqueira Campos	41,18%	32,58%
Tomazina	45,83%	32,37%
Uraí	45,45%	39,39%
Wenceslau Braz	50,00%	25,29%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 16 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica centro oriental

Região geográfica centro oriental	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Castro	43,75%	29,59%
Jaguariaíva	57,89%	29,81%
Palmeira	61,54%	39,83%
Piraí do Sul	61,54%	35,63%
Ponta Grossa	42,55%	36,16%
Reserva	39,13%	44,45%
Sengés	68,00%	41,10%
Tibagi	27,27%	25,97%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 17 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica norte central

Região geográfica norte central	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Apucarana	63,33%	23,50%
Arapongas	52,08%	32,30%
Bela Vista do Paraíso	62,50%	37,84%
Cambé	40,00%	36,59%
Ibiporã	64,71%	38,79%
Jaguapitã	40,00%	25,42%
Londrina	36,71%	37,72%
Mandaguari	41,03%	43,59%
Porecatu	25,00%	48,78%
Rolândia	31,43%	29,85%
Sertanópolis	54,28%	39,22%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 18 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica metropolitana de Curitiba

Região geográfica metropolitana de Curitiba	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Almirante Tamandaré	36,00%	27,54%
Antonina	48,39%	39,59%
Araucária	63,33%	26,32%
Bocaiuva do Sul	23,53%	24,66%
Campo Largo	50,00%	32,52%
Cerro Azul	45,83%	35,00%
Colombo	62,50%	25,19%
Curitiba	46,46%	37,98%
Guaraqueçaba	48,00%	30,86%
Guaratuba	13,79%	23,33%
Lapa	60,42%	44,32%
Morretes	73,08%	23,53%
Paranaguá	39,29%	21,40%

[continua na próxima página]

Tabela 18 – Continuação

Região geográfica metropolitana de Curitiba	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Piraquara	68,00%	33,60%
Porto Amazonas	56,00%	27,59%
Rio Branco do Sul	29,63%	34,43%
Rio Negro	45,45%	47,76%
São José dos Pinhais	51,11%	33,45%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 19 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica centro ocidental

Região geográfica centro ocidental	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Campo Mourão	47,83%	39,72%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 20 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica sudeste paranaense

Região geográfica sudeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Imbituva	68,18%	29,55%
Ipiranga	52,38%	39,34%
Irati	79,17%	28,69%
Mallet	50,00%	46,00%
Prudentópolis	57,69%	25,00%
Rebouças	86,96%	35,94%
Rio Azul	72,73%	24,62%
São João do Triunfo	57,89%	42,17%
São Mateus do Sul	60,87%	46,03%
Teixeira Soares	38,10%	43,94%
União da Vitória	52,38%	45,53%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 21 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica sudoeste paranaense

Região geográfica sudoeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Mangueirinha	50,00%	30,67%
Palmas	62,50%	45,00%
Clevelândia	71,43%	45,45%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 22 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica centro sul paranaense

Região geográfica centro sul paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Guarapuava	54,55%	32,89%
Laranjeiras do Sul	61,90%	31,25%
Pitanga	45,16%	34,72%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constante no site do TSE.

Tabela 23 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica oeste paranaense

Região geográfica oeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Foz do Iguaçu	59,26%	32,37%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Considerações finais

No Brasil, o desenvolvimento da modernidade é recente, se comparado com os países europeus. O estado e os partidos modernos começaram a se desenvolver tardiamente.

Saiu-se do obscurantismo com a vinda da família real e a independência, iniciando a construção do estado, mas foi introduzida, na modernidade, após a proclamação da República, a separação definitiva entre estado e religião. A confiança na razão e na ciência começou a se fortalecer, a democracia e a organização dos

partidos iniciaram-se tardiamente, após o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda da ditadura de Vargas.

Neste período, os partidos começaram a se fortalecer. O mundo começava a sentir a crise da modernidade, e no Brasil esta crise demorou a se fazer sentir. Os partidos, no período de 1947 a 1963, estavam se estruturando nos municípios, fato que ficou evidente com esta dissertação.

Foram desenvolvidos alguns índices para poder ter parâmetros de comparação entre os dois períodos estudados, de forma que se pudesse auferir se o desenvolvimento de algumas das características marcantes da modernidade líquida teve ou não reflexo na relação entre partido e filiado. Por este motivo, em um primeiro momento, definiu-se o índice de retorno, o percentual de candidatos que retornavam após participar de uma eleição. Com este índice pode-se auferir se a participação do filiados na política por meio dos partidos e o percentual dos filiados que continuaram a participar, após uma primeira experiência. Também foi desenvolvido o índice de permanência ou coesão partidária, medindo-se o percentual dos candidatos que retornavam a participar de uma eleição e quantos permaneciam no mesmo partido. Este índice é importante para verificar se o partido é ou não um polo de referência para o filiado, para a atuação na política. Outro índice criado salientou a fragmentação das Câmaras Municipais, um índice destinado a medir o comportamento das agremiações partidárias, tal balizamento foi utilizado tanto no período de 1947 a 1963 como no período de 1996 a 2016.

A primeira descoberta interessante foi descrita pelo o Gráfico 20, o qual demonstra que as coligações, no período de 1947 a 1963, foram perdendo importância. À medida que as coligações passaram a eleger menos vereadores a cada eleição, os partidos demonstraram menos dependência das coligações, eles foram se estruturando ao longo do tempo, situação muito diferente da verificada no período de 1996 a 2016. Evidenciou-se um crescimento da organização dos partidos nos municípios, por meio da fragmentação constatada no Gráfico 57, pode-se verificar uma estabilidade partidária e uma estrutura partidária que começava a amadurecer.

No segundo período a média de fragmentação, conforme Gráfico 75, foi bem diferente do primeiro. A interrupção da democracia e seu longo período de transição afetou muito os partidos políticos. O interesse das pessoas em participar da política municipal, medido pelo índice de retorno dos candidatos, permaneceu com uma diferença menor do que cinco pontos percentuais entre os dois períodos, conforme gráfico 57, evidenciando-se semelhança entre os períodos.

A fragmentação e o índice de permanência já demonstram uma variação, uma diferença marcante entre o período de 1947 a 1963 e de 1996 a 2016. As Tabelas 4 e 5, assim como o Gráfico 57, vão deixar evidente que nos municípios estudados a fragmentação das Câmaras Municipais foi bem diferente, assim como o índice de permanência, conforme Gráfico 65, que têm quase 20 pontos percentuais de diferença.

O que mudou entre os dois períodos, no primeiro capítulo apresentado, pode ser descrito como reflexo das características presentes na modernidade líquida. Estas estavam presentes de forma mais intensa no período de 1996 a 2016, e eram a valorização excessiva do indivíduo, o desenvolvimento da tecnologia que ampliou a velocidade com que as informações circulam e o alcance das mesmas informações e a relativização do espaço no âmbito da Justiça Eleitoral.

No primeiro período, os meios de comunicação que disseminavam as informações eram principalmente o jornal impresso e o rádio, e a televisão era incipiente nesse momento. Os partidos representavam um dos principais canais de comunicação com a Administração Pública Municipal. No segundo período, a internet e o desenvolvimento tecnológico aprofundaram a circulação das informações. Outras formas de participação e fazer política também se fizeram presentes de forma mais acentuada na sociedade. Em um período em que os partidos tiveram atuação restrita pela ditadura, assumiram um papel fundamental na sociedade, por meio de sindicatos, associação de moradores, organizações não governamentais, grupos religiosos, organizações estudantis e outras entidades que participavam de forma mais ativa.

Referências

- BAUMAN, Z. (1999). *Globalização as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2000). *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOBBIO, N. (1992). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra.
- BRAGA, M. S. S. (2012). Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, n. 14, p. 83-95.
- BRASIL. (1995). Lei nº 9.096/1995, de 19 de setembro de 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3hQFH4G>. Acesso em: 27 maio 2019.
- BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2EDpxh1>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- CARVALHO, A. N. C. (2012). *A democracia brasileira: uma democracia pelos partidos? Análise da evolução da figura do Partido Político na democracia praticada no Brasil, sob a égide da Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <https://bit.ly/2YQkVLh>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- CASTELLS, M. (2017). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CERVI, E. U.; CODATO, A. N. (2006). Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. Capítulo 10. In: CODATO, A. N.; SANTOS, F. J. *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: TRE-PR, p. 245-274.
- DAHL, R. (2015). *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.
- FRANCO, A. A. M. (1980). *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega.
- LEAL, R. G.; CASTRO, M. F. (2013). Fundamentos redefinitórios do direito fundamental de participação social na política brasileira. *Opinião Jurídica*, Fortaleza, vol. 11, n. 15, p. 311-338.
- LEITÃO, C. S. (1989). *A crise dos partidos políticos brasileiros*. Fortaleza: Tipoprogresso.
- LIJPHART, A. (2003). *Modelos de democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAIR, P. (2017). *Gobernando el vacío la banalización de la democracia occidental*. Madrid: Alianza.
- MORAES, A. (2016). *Direito constitucional*. São Paulo: Atlas.
- PATEMAN, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra.
- RIBEIRO, P. F. (2013) Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 10, p. 225-65.
- RUNCIMAN, D. (2018). *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia.
- SALES, A. M. C. (2016). *Do regime jurídico partidário na democracia brasileira*. Disponível em: <https://bit.ly/3jJZtQd>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SCHIER, A. C. R. (2002). *A participação popular na administração pública: o direito de reclamação*. São Paulo: Renovar.

SCHMITT, R. (2000). *Os partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SOUSA, M. C. C. C. (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega.